

I. B. G. E. — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

**AS FAVELAS DO
DISTRITO FEDERAL E O
CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950**

Documentos Censitários

SÉRIE C — NÚMERO 9

RIO DE JANEIRO

1953

Í N D I C E

PRIMEIRA PARTE

	Págs.
CAPÍTULO I:	
Introdução	1
CAPÍTULO II:	
As Favelas através de inquéritos anteriores a 1950	13
CAPÍTULO III:	
As Favelas e o Recenseamento de 1950	16
CAPÍTULO IV:	
Considerações finais	23

SEGUNDA PARTE

Resultados relativos à população das Favelas do Distrito Federal

1. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a cor	27
2. Pessoas presentes, de 15 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo o estado conjugal	28
3. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a instrução ..	29
4. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião:	
a) Homens	30
b) Mulheres	31
c) Total	32
5. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades segundo os ramos de atividade:	
a) Homens	33
b) Mulheres	34
c) Total	35
6. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento:	
a) Homens	36
b) Mulheres	37
c) Total	38
7. População presente, segundo o sexo, por Favelas	39
8. Pessoas de 5 anos e mais, segundo o sexo e a instrução, por Favelas ...	41

ANEXOS

I. População das Favelas, segundo as principais características	43
II. Questionário usado no Censo das Favelas realizado pela Prefeitura do Distrito Federal, em 1948	44
III. Favelas recenseadas pelo Serviço Nacional de Recenseamento em 1950 e pela Prefeitura do Distrito Federal em 1948	45

CROQUIS DE FAVELAS

Morro do Cantagalo - 5º Distrito - 12ª Circunscrição - Copacabana .

Morro de São Carlos - 2º Distrito - 16ª Circunscrição - Rio Comprido

AS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL E O CENSO DEMOGRÁFICO DE 1950 *

*Documentário organizado sob a orientação do Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento. Compilação e redação de ALBERTO PASSOS GUIMARÃES.

I

INTRODUÇÃO

É comum a todos os núcleos urbanos a existência de logradouros que se distinguem dos demais pela quase completa ausência de melhoramentos públicos e pela desfavorável condição de suas habitações. Em regra, esses logradouros, onde residem as camadas mais pobres da população, formam a periferia das cidades e avançam cada vez mais, à distância dos centros de maior atividade, levando consigo aglomerados humanos que se deslocam, com maior ou menor mobilidade, à medida que se torna mais intensa a expansão urbana. Localizam-se nas zonas centrais ou em suas proximidades, geralmente, os grupos sociais de nível econômico elevado, ao passo que nas zonas periféricas habitam os desprovidos de recursos.

Afirma-se que essa marcha do centro para a periferia obedece ao curso espontâneo do desenvolvimento das cidades, que se dilatariam em círculos concêntricos a partir de um eixo determinado. O Distrito Federal não teria fugido à regra, apesar de sua "conformação angular", como já houve quem notasse, ou de se ter desenvolvido apenas dentro do quadrante de um círculo imaginário, pois é na sua área suburbana, continuamente ampliada, onde se refugia a maior parte das populações pobres, ainda há relativamente pouco tempo distribuída em grande número pelas ruas do centro, abrigada nas habitações coletivas, nas cabeças-de-porco e nos cortiços.

Em começos deste século, as crônicas da época se referiam ao problema criado pela abertura da Avenida Central, que exigiu a derrubada de 2 a 3 mil prédios, entre os quais se incluíam numerosas casas coletivas, cujos moradores tiveram de buscar residência em logradouros distantes. O fato não passou despercebido a BULHÕES CARVALHO que, ao referir-se à diminuição do número de habitantes nos três distritos do centro comercial (Candelária, Santa Rita e São José), acusada no Recenseamento de 1920, explicava-a "pela grande valorização dos terrenos nessa parte da cidade, completamente transformada após a abertura da Avenida Rio Branco e o desaparecimento dos casebres e domicílios coletivos que ali existiam e eram habitados antigamente por numerosos indivíduos das classes proletárias" (1).

Entretanto, nem toda a população pobre, em sua maioria varrida do centro pelo que se considera a pressão do progresso urbano, demandou a periferia do Rio de Janeiro. Ao contrário, com o correr dos tempos, circunstâncias especiais, que adiante serão examinadas, favoreceram não só a fixação nas áreas urbanas, como, posteriormente, a convergência, para ali, de grande número de famílias das classes mais pobres. A Capital do Brasil, sem ter fugido às normas comuns por que se rege o desenvolvimento das cidades, reservou-se a peculiaridade de conservar, dentro do perímetro urbano e ao lado de zonas residenciais prósperas e confortáveis, núcleos de construções rústicas desservidos dos mais elementares melhoramentos.

Fatores topográficos e fatores demográficos

Devem-se aos acidentes naturais, que diferenciaram as tendências de valorização dos terrenos existentes no perímetro central do Rio de Janeiro, o contraste e a proximidade entre aqueles dois tipos de núcleos residenciais. De acordo com a lei da oferta e da procura, os terrenos planos e os menos acidentados, sobre os quais primeiramente se espraiou a cidade, seguiram um curso de valorização muito mais rápido e em progressão muito maior do que o verificado nos morros. Enquanto nessa expansão

(1) População do Rio de Janeiro (Distrito Federal) - RECENSEAMENTO DO BRASIL REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 - Volume II, 1ª Parte -, pag. XXII.

longitudinal a área urbana penetrava profundamente para o interior, ficavam para trás núcleos inteiramente por urbanizar, encravados no coração da cidade. Em breve verdadeiros "subúrbios" se erguiam em pleno centro, característica pouco comum à maioria das localidades brasileiras, onde as áreas urbana e suburbana quase sempre são facilmente delimitadas, sem tais exemplos de descontinuidade territorial.

A cidade crescia, assim, em dois planos de categorias diferentes e cuja se paração entre si continuamente se extremava. De um lado a planície, onde a crescente valorização imobiliária tornava impossível a permanência das populações menos favorecidas. De outro lado os morros, de onde a ausência de melhoramentos públicos e de conforto afastava os grupos sociais de nível econômico elevado.

Até pelo menos os primeiros anos deste século muitos morros do Distrito Federal estavam praticamente desabitados. A crise de habitação, em algumas épocas inexistente, em outras não assumia as proporções atuais, havendo relativa facilidade para a obtenção de moradias em zonas próximas, ligadas aos locais de trabalho por meios de transporte de preço e condições geralmente acessíveis.

As demolições que precederam a abertura da Avenida Central produziram consideráveis deslocamentos de população para as áreas suburbanas, sendo pouco sensível a sua influência no povoamento dos morros.

"De tais deslocamentos - lê-se na introdução ao "Recenseamento do Rio de Janeiro (1906)" - facilmente perceptíveis para quantos observam com interesse a vida do Rio de Janeiro, é indício irrecusável o aumento, que, de 1904 para 1905, se notou no movimento dos trens de subúrbios da Estrada de Ferro Central do Brasil, aumento representado pela enorme cifra de 1.876.525 passageiros. A variedade de meios de transporte, que existe na maior parte do território do Distrito Federal, explica uma das particularidades demográficas mais curiosas do Rio de Janeiro, qual é, sem dúvida, a facilidade com que, sem prejuízo da economia urbana, se deslocam, sob a influência de causas acidentais, o centro de sua população e o respectivo ponto médio". (1)

Tão intensa havia sido, na época, a afluência para os distritos periféricos que a proporção da população suburbana sobre o total, "que fora de 18,35% em 1870, de 16,68% em 1872 e de 17,78% em 1890, subiu bruscamente a 22,60% em 1906". (2)

À altura de 1906, a zona urbana ocupava uma sétima parte da área total do Distrito Federal, ou seja, 158 quilômetros quadrados. Quarenta e cinco anos depois, a zona urbana havia avançado pelo menos 100 quilômetros quadrados, passando a corresponder a cerca de uma quarta parte da superfície total, calculada em 1.167, quilômetros quadrados. A essa expansão territorial seguiu-se um aumento considerável do incremento demográfico, como se vê:

POPULAÇÃO PRESENTE NO DISTRITO FEDERAL SEGUNDO OS
RECENSEAMENTOS DE 1906 E 1950

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1906	1950	INCREMENTO
Quadro urbano	628 041	1 779 306	1 151 265
Quadros suburbano e rural	183 402	598 145	414 743

Enquanto no quadro urbano a população aumentou, no período citado, de 1 151 265 habitantes, verifica-se que nas áreas restantes o aumento foi apenas de 414 743 habitantes, apesar de que a área da cidade é algumas vezes menor do que a correspondente às áreas restantes.

(1) RECENSEAMENTO DO RIO DE JANEIRO (DISTRITO FEDERAL) REALIZADO EM 20 DE SETEMBRO DE 1906, pág. 25.

(2) Idem, pág. 28.

A afluência para os distritos periféricos continuou, à custa, possivelmente, de novos deslocamentos das populações centrais e em virtude da intensificação das correntes migratórias, tanto que de 22,60%, em 1906, os habitantes domiciliados fora do quadro urbano passaram a representar, em 1950, 25,15% do conjunto. Ademais, enquanto a população da cidade, entre 1906 e 1950, se elevou de 283,31%, a população dos distritos periféricos aumentou de 326,14%. Mas a grandeza dos números absolutos é decisiva, no caso, pois embora o crescimento relativo da área urbana tenha sido menor, os fenômenos decorrentes do crescimento de 1 151 000 habitantes numa área de menos de 300 quilômetros quadrados, que corresponde à área urbana, são de maior complexidade, comparados com as consequências do incremento de 411 743 habitantes numa área de perto de 900 quilômetros que corresponde à área suburbana e rural. A condensação demográfica, na cidade, sucederam-se modificações de importância na vida coletiva e é certo que ela tenha agravado o problema residencial, já influenciado pela evolução de outros fenômenos sociais, produzindo de um lado a conversão das habitações coletivas, das cabeças-de-porco e cortiços, em numerosas construções rústicas individuais e, de outro lado, a substituição de grande número de vivendas patriarcais por edifícios de apartamentos.

Como se vê, ao mesmo tempo em que prosseguiram os deslocamentos para a periferia, as zonas centrais se superpovoavam, desenvolvendo-se no conjunto do Distrito Federal, muito mais rapidamente a densidade predial do que a densidade demográfica:

ANOS	PRÉDIOS		POPULAÇÃO	
	Números absolutos	Índice	Números absolutos	Índice
1906	84 375	100	805 335	100
1950	405 999	481	2 377 451	295

Verificamos que, no período observado, se o número de prédios cresceu 4,8 vezes, a população apenas se multiplicou por 2,9 vezes.

Os dados do Recenseamento de 1906 revestem-se de uma importância especial pois aquele ano marca uma mudança na direção do afluxo da população. Os recenseamentos anteriores acusavam um crescimento demográfico muito maior na zona urbana do que na suburbana:

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS DE
1821, 1838, 1872, 1890 e 1906

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	URBANA	SUBURBANA *
Entre 1821 e 1838	24 383	17 841	6 542
Entre 1838 e 1872	137 894	133 292	4 602
Entre 1872 e 1890	247 679	199 291	48 388
Entre 1890 e 1906	288 792	198 296	90 496

* Inclusive a população rural.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO SEGUNDO OS RECENSEAMENTOS DE
1906, 1920 E 1940

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	URBANA	SUBURBANA E RURAL
Entre 1906 e 1920	346 430	173 056	173 374
Entre 1920 e 1940	606 268	14 382	591 886

ENTRE 1940 E 1950

URBANA	963 827
SUBURBANA E RURAL ..	350 517
TOTAL	613 310

Mesmo ao se ter em conta a alteração substancial processada nas linhas divisórias da área urbana, que se ampliou consideravelmente até 1950, não se desconhece o fato de que, neste último decênio, a condensação demográfica no perímetro da cidade foi maior do que nas áreas circundantes, tanto assim que a própria modificação daquelas linhas resultou da intensa urbanização das zonas mais próximas do centro, já densamente povoadas e em fase de saturação. Seria de acreditar que, se se conservasse a divisão vigente em 1940, ainda assim, os dados de 1950 provariam o maior crescimento, em números absolutos, da população urbana, comparativamente com o verificado nos quadros suburbano e rural.

O extraordinário adensamento da população da cidade, acentuado nos últimos anos, fornece elementos para explicar como se tem agravado a crise de habitações, apesar do intenso desenvolvimento predial, linhas atrás demonstrado. Se ao cabo de 45 anos decorridos depois de 1906, período em que o número de prédios cresceu de 4,8 vezes para uma população que aumentou de 2,9 vezes, há escassez de habitações, avalie-se a gravidade do problema naquela época, quando em pleno auge de afluxo urbano a remodelação da cidade exigira a demolição de 2 ou 3 mil casas.

Fatores econômicos e sociais

Depois de ter ultrapassado os limites máximos de sua capacidade de alojamento, os distritos centrais começam a perder peso específico em benefício das zonas periféricas, entre 1906 e 1920. A densidade domiciliar cai na zona urbana de 10,55, em 1906, para 9,80, em 1920; e na zona suburbana mostra já uma pequena elevação de 7,40 a 7,41, respectivamente. E quanto ao número de prédios, no mesmo período, avança na zona urbana, de 21.193, para um crescimento na zona suburbana da ordem de 24.064 unidades.

Nas publicações do Recenseamento de 1920 apontam-se entre outras causas da "diminuição do crescimento demográfico na capital da República no período de 1906 a 1920", "a grande redução do número de imigrantes durante a guerra de que estamos sofrendo ainda as consequências, a saída de trabalhadores para o interior atraídos pelas vantagens oferecidas à exploração agrícola em vários Estados e, finalmente, a excessiva mortandade da gripe em 1918, causadora de notável desfalque na população carioca". (1)

A referida diminuição, traduzida pela queda do incremento médio anual, que passara de 3,52% entre 1890 e 1906, a 3,06%, entre 1906 e 1920, bem como a mudança na direção do afluxo em favor dos distritos periféricos, refletem, sem dúvida, certo pioramento das condições de vida na cidade e, particularmente das condições de habi-

(1) População do Rio de Janeiro (Distrito Federal) - RECENSEAMENTO DO BRASIL REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 - Volume II, 1ª parte, - pág. XXVII.

tabilidade nas zonas centrais, em comparação com as existentes no interior. De outro modo não se falaria da saída de trabalhadores "atraídos pelas vantagens oferecidas à exploração agrícola", circunstância que não se assinalaria hoje, por mais desconfortáveis que fossem as condições da vida urbana.

Afirmava-se, a partir de 1920, a tendência à disseminação do povoamento, "graças à redução das distâncias pelo aumento e maior facilidade dos meios de transporte do centro para os longínquos arrabaldes, onde a vida é, em geral, menos cara e mais confortável" (1), o que está em concordância com os resultados do Censo de 1940, segundo os quais o aumento absoluto da população suburbana e rural é mais de 40 vezes superior ao da urbana, no Distrito Federal.

Mas, entre 1920 e 1940, havemos de distinguir dois períodos, delimitados pela crise dos anos 1929 e seguintes. No primeiro deles, a agricultura brasileira, revivificada pela extraordinária procura dos gêneros de exportação, e conseqüente alta dos preços agrícolas, não teria deixado de reter ou de atrair grande massa de mão-de-obra; no segundo, com a queda brusca das cotações do café e de outros produtos, teve lugar novo e largo deslocamento dos campos para as cidades.

A corrente migratória no sentido dos grandes centros econômicos acentuou-se no correr dos anos 30 e fez-se mais intensa ainda no último decênio, quando a situação das populações rurais se tornou mais grave e o mercado urbano de trabalho se ampliou consideravelmente.

À diferença, porém, das condições existentes antes de 1920, o acelerado crescimento do Rio de Janeiro em nossa época, chocou-se com obstáculos insuperáveis que perturbaram a distribuição dos novos contingentes demográficos pelos distritos mais distantes. Aquela "maior facilidade dos meios de transporte do centro para os longínquos arrabaldes" se transformara numa tortura para o habitante do subúrbio, em face do alarmante congestionamento de passageiros nos veículos destinados ao tráfego ferroviário e rodoviário. A escassez de habitações, mais grave ainda nos distritos centrais, não encontra, como antigamente, sua contrapartida nos meios de locomoção acessíveis aos que tenham de residir nos distritos periféricos. Basta ver que, após a inauguração dos trens elétricos, na Estrada de Ferro Central do Brasil, em julho de 1937, o número de passageiros transportados nas linhas de pequeno percurso e nos subúrbios servidos por aquela Estrada, aumentou, apenas nos primeiros seis meses, de 3.943.857. Novos aumentos no volume do tráfego se têm registrado, sem que na mesma proporção se eleve a quantidade do necessário material rodante.

Verifica-se, ademais, tomando-se o Distrito Federal em conjunto, que se acentua o desequilíbrio entre o desenvolvimento da nupcialidade e o crescimento predial-domiciliário. Quer isso dizer que é maior o número de casamentos do que o de novas residências disponíveis, como se vê pelos seguintes dados, referentes ao quinquênio 1945-1949:

ANOS	HABITE-SE PARA DOMICÍLIOS	CASAMENTOS	DEFICIT
TOTAIS ...	33 231	60 773	27 542
1945	7 200	11 162	3 962
1946	5 582	13 093	7 511
1947	6 050	12 246	6 196
1948	6 551	11 378	4 827
1949	7 848	12 894	5 046

FONTE: Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal.

(1) População do Rio de Janeiro (Distrito Federal) - RECENSEAMENTO DO BRASIL REALIZADO EM 1 DE SETEMBRO DE 1920 - Volume II, 1ª parte, - pág. XXVII.

É verdade que o deficit de 27 542, observado no período, se atenua com certo número de construções, cujos habite-se não são legalizados, construções essas em sua maioria de prédios rústicos, casebres, etc., mas mesmo assim deverá permanecer um considerável saldo negativo.

Desequilíbrio de outra natureza também se assinala entre o desenvolvimento predial-domiciliário e a expansão de determinadas atividades econômicas.

Entre 1906 e 1950 alteraram-se profundamente as características econômicas da população carioca, com a evolução do artesanato para a grande indústria manufatureira. Tal fato implica sensíveis modificações nas condições de habitabilidade dos grupos economicamente ativos. A grande indústria exige a locomoção diária dos trabalhadores de suas residências para as fábricas obrigatoriamente localizadas em "zonas industriais" afastadas, enquanto o artesanato era comumente exercido no próprio domicílio ou em prédios de qualquer zona.

Em seu início, nos primeiros anos deste século, o desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro operou deslocamentos demográficos de uma para outra circunscrição, onde novas fábricas se instalavam. Isso aconteceu, antes, na Gávea e S. Cristóvão e, depois, em outros bairros. Resta saber se, proporcionalmente ao número de indústrias, cresceu o número dos prédios adequados ao alojamento dos contingentes de operários ali ocupados, para o que não existem dados atuais disponíveis. Entretanto é lícito supor que tal proporção não tenha sido mantida, dada a tendência a se desenvolver mais rapidamente a ocupação industrial do que as construções operárias. Uma nova fábrica instalada em um bairro oferece ocupação imediata a, digamos, 500 trabalhadores, muito antes que surjam novas casas em número suficiente para alojá-los.

Quando se trata da indústria de construção, o problema se torna insolúvel nas condições atuais da Capital da República. Essa indústria, por seu caráter flutuante e temporário, não contribui para fixar nas suas proximidades toda a mão de obra de que depende. Ela atrai considerável número de trabalhadores de todas as zonas residenciais, que necessitam normalmente de meios de condução rápidos e de baixo preço. Com a concentração das grandes edificações nos bairros mais prósperos da área urbana (Copacabana, por exemplo,) formou-se nos últimos anos, um mercado de trabalho ainda mais afastado das fontes tradicionais de mão-de-obra, disso resultando novas perturbações.

Mas entre todas as circunstâncias que afetaram a disseminação regular da população carioca e comprometeram suas condições de habitabilidade, ressalta o desajustamento do seu poder aquisitivo. A valorização dos terrenos e dos imóveis em geral, bem como a crescente elevação do custo de construção tornaram inacessíveis, para a grande maioria do povo do Distrito Federal, as moradias próximas do centro e dos seus locais de trabalho.

A elevação constante do custo de vida em desarmonia com a lenta evolução dos salários e vencimentos contribuiu para modificar as escalas de vida de numerosos grupos sociais. Se houvesse meios de transporte fáceis, eficientes e baratos, as dificuldades econômicas estimulariam o maior deslocamento das classes pobres para a periferia. Como isso não ocorre, as camadas de menos recursos são forçadas a descer o nível de seu conforto ou de seu desconforto, procurando moradias inferiores para manter-se dentro do padrão de seus orçamentos, contanto que não se afastem muito dos locais onde exercem suas atividades.

De acordo com os dados do Censo dos segurados do I.A.P.C., existiam, em 1948, no Brasil, 349.836 comerciários (60,76% do total) percebendo salário inferior a mil cruzeiros. Na mesma época havia, segundo os dados do Censo dos segurados do I.A.P.I., 763 059 operários (74,34% do total) ganhando menos de mil cruzeiros. Apurou ainda o Censo dos segurados do I.A.P.I. que 50% dos industriários do Distrito Federal recebiam, em 1948, salários mensais menores de Cr\$ 1.008,60.

Conhecendo-se esses dados e considerando-se que grande número de trabalhadores de outras categorias dependem de salários e remunerações mais baixas do que os industriários e comerciários, será possível admitir que mais de 50%, portanto a maioria da população remunerada do Distrito Federal, se enquadram em classes de salários inferiores a mil cruzeiros e contam com menos de Cr\$ 200,00 mensais para suas despesas de habitação, já que esta quantia corresponde a cota média normal de 20% reservada para alugueis, como o têm demonstrado os inquéritos de salário mínimo.

Duzentos cruzeiros correspondem, à taxa usual de 1%, ao aluguel de um imó-

vel no valor de Cr\$ 20.000,00, importância certamente insuficiente para a aquisição ou edificação de uma casa de alvenaria, dotada dos requisitos mínimos de conforto, com os 30 m² quadrados necessários a uma família média de cinco pessoas. (1) Mas, ainda que isso fosse possível, haveria de se-lo em terrenos menos valorizados, somente disponíveis nas áreas periféricas grandemente afastadas; e aí o problema do transporte módico e rápido teria também de ser resolvido. Tendo-se presente o custo revelado de alguns edifícios de apartamentos - na base de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 3.500,00 o metro quadrado - verifica-se que esse tipo de habitação, vantajoso quanto a economia de terreno, distancia-se ainda mais das possibilidades da maioria da população.

Conclui-se, assim, que o desnível entre a evolução do poder aquisitivo e a valorização imobiliária (incluindo-se neste conceito o custo de construção, o valor dos terrenos, o preço dos aluguéis e a dificuldade de transportes) é o fator de maior importância no agravamento das condições de habitabilidade da população carioca.

O aparecimento das favelas

O levantamento cadastral realizado por ocasião do Recenseamento de 1920 apresenta o Morro da Providência, situado na Circunscrição da Gamboa - onde se diz que surgiu o primeiro aglomerado típico: a Favela - com 839 domicílios e 6 casas de negócios. Muitos outros morros, atualmente superpovoados, constavam há 30 anos apenas de raras moradias. O Morro do Salgueiro, dos mais populosos, abrigava 190 domicílios; na Arrelia, porém, somente aparecem 6, no Cantagalo 16, na Babilônia 59 e no Morro de S. João, 63 domicílios.

Até 1933, o desenvolvimento predial nesses mesmos morros não se havia generalizado, a julgar pelos dados da Estatística Predial do Distrito Federal apurados pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Governo metropolitano. No Morro da Favela, já assim denominado, contavam-se 1.504 habitações, portanto mais 659 do que 13 anos antes; e no Salgueiro 609 habitações, com um acréscimo de 419.

Entretanto, não foram registradas, em 1933, mais do que 33 casas no Morro de Santo Antônio, 61 no Morro do Chico, 73 no Morro da Babilônia, nenhuma no de Cantagalo.

Em outros morros, como o de São Carlos com 489 e o de O'Reilly (que o povo tinha transformado em Arrelia) com 712 casas, o progresso fora relativamente grande.

As favelas haviam-se multiplicado de preferência entre o Centro e a parte Norte, em função, sem dúvida, dos mercados de trabalho ali desenvolvidos, limitando-se, segundo se observa, exclusivamente aos morros.

Mas a fase de crescimento intenso dos núcleos de favelados de toda a natureza, nos morros e imóveis vagos em diferentes situações, ocorre a partir de 1933 e, mais particularmente, depois de 1941, quando as dificuldades de vida do povo se tornaram piores, período em que têm início fortes elevações de preços, em que começam a revelar-se indícios mais acentuados da inflação, da valorização imobiliária, da crise atual de habitações.

As 57.889 habitações rústicas (entre as quais 46.192 casebres, 6.263 galpões, 3.464 casas de madeira e 1.969 barracões) encontradas pelo levantamento predial de 1933 distribuíam-se principalmente pelos distritos periféricos, localizando-se uma parte mínima nos morros.

Nenhuma diferença essencial separava os casebres dos morros, dos demais casebres. Eram todas habitações igualmente rústicas, igualmente pobres e desconfortáveis. A denominação popular de favela não teria, pois, surgido da diferenciação entre o tipo arquitetônico das vivendas dos morros, mas do conjunto de condições que as caracterizaram, entre estas, notadamente, o aspecto típico de seu agrupamento desordenado e denso.

(1) Vê-se à página 140 da Mensagem do Sr. Prefeito do Distrito Federal, enviada à Câmara dos Vereadores por ocasião da abertura da Sessão Legislativa para 1949, que o valor médio de cada casa a ser construída para substituir as habitações dos favelados fora previsto inicialmente em Cr\$ 10.000,00, mas essa avaliação sofreu em seguida sucessivas elevações, passando a Cr\$ 15.000,00, depois a Cr\$ 20.000,00 e, por último, a Cr\$ 25.000,00.

Por sua contextura, os casebres dos morros ou dos subúrbios, da zona urbana ou da zona rural, não apresentam dessemelhanças substanciais. Pelo contrário, eles conservam traços comuns em todo o país e, de resto, a vivenda pobre dos países quentes em geral, já estudada por vários pesquisadores, guarda pronunciadas semelhanças.

Referindo-se às habitações do homem do povo, em livro publicado há mais de 10 anos, CARNEIRO LEÃO, depois de analisá-las sob vários aspectos, do ponto de vista da promiscuidade, da falta de conforto, da ausência de higiene, concorda que "tal tipo de casa é nacional".

"A capital do país está cheia de mocambos - diz o autor de A Sociedade Rural - e muitas vezes da pior espécie, tendo ainda por cumulo, como nos morros mais centrais, numa temperatura, não raro, de 35 a 36 graus centígrados, acima de zero, e sombra, paredes e coberturas de zinco. No Estado do Rio, em Minas, em todos os pontos do território encontram-se pocilgas de taipa, cobertas de palha, sapé ou zinco, sem rebôco, sem ladrilho, diretamente sobre barro, areia ou lama, em lamentável estado de conservação e de higiene. As casas mineiras, nas quais Carlos Chagas e Belisário Pena acharam, nas frestas das paredes "barbeiros" em quantidade, habitadas por infelizes contaminados pela Tripanossomiase americana (Molestia de Chagas) são provas da generalização desse tipo de morada anti-higiênica e homicida."(1)

GILBERTO FREYRE, que se ocupou do problema da vivenda pobre em várias de suas obras, compara as aldeias de mocambos de palha do Nordeste com as povoações das ilhas do Pacífico (Mocambos do Nordeste) e observa, contra muitas opiniões, que "muito morador de casa de palha vive melhor que a grande parte dos pequenos funcionários públicos, gente miuda dos escritórios, moradores de ruas de casa de porta e janela" (Aula de Sociologia Geral na Universidade do Distrito Federal).

Em "Sobrados e Mocambos" essa opinião aparece amplamente desenvolvida, mas com a ressalva: "Não pretendemos fazer o elogio do mocambo como tipo de habitação. Seus vícios são muitos, tornando as palhoças - e até as casinhas de taipa, mas sem rebôco, as "cafuas" de Minas Gerais - focos de infecção terríveis".(2)

O tipo primitivo do mocambo do Recife, "com os cipós fazendo as vezes de pregos e as portas feitas da própria palha" é construído do modo por que o descreve GILBERTO FREYRE:

"Enfiam-se na terra suportes verticais ou enxameis e entre êles fixam-se, para os mocambos de paredes de barro, ripas, em certas zonas do litoral de pau de mangue. Enchem-se, então, os espaços com barro escuro, preparado de preferência com areia de rio, no litoral, misturado a barro de mangue. No caso dos mocambos de palha, a melhor construção é de trançado - a da cobertura como a das portas e janelas. Processo mais artístico e mais delicado".

Mas esse padrão "clássico" evoluiu para outras combinações, introduzindo-se novos materiais em sua composição.

"Como as habitações dos morros do Rio de Janeiro - escreve JOÃO MILANEZ DA CUNHA LIMA - lançou-se mão dos materiais mais heteróclitos, agregados ao acaso, para formar os tapumes desconjuntados e irregulares. Há-os de madeira, com a cobertura de palha ou zinco; há-os com chão de terra batida, tijolo ou cimento. Êsses materiais se alternam formando curiosas combinações diferentes".(3)

Barracões e mocambos aproximam-se, hoje, não só em sua contextura como na composição dos materiais neles empregados. Do mesmo modo, tornam-se quase inexistentes as diversidades entre os casebres das várias regiões do território nacional, embora, pela natureza de suas materias primas, o tipo urbano evolua num sentido um pouco diferente do tipo rural.

No Brasil, como em qualquer outra parte, os fatores que geram os casebres são os mesmos, tanto no campo quanto na cidade. Por isso, não há por que isolar o problema da favela do problema da vivenda pobre em geral.

(1) A. CARNEIRO LEÃO, Sociedade Rural, pág. 87

(2) Sobrados e Mocambos, 1ª edição, 1936, pág. 252

(3) Tipos e Aspectos do Brasil, 5ª edição, pág. 87

O Censo Demográfico de 1940 registrou, em todo o Brasil, 9 098 791 unidades prediais. Dentre estas, tão somente 32,17%, ou sejam, 2 926 807 eram de alvenaria. As construídas de madeira, nas quais se incluíram as casas de taipa ou de sapê, representavam 65,21% ou, em números absolutos, 5 933 173 unidades prediais.

Em relação ao número de pavimentos, havia 8 858 536 unidades prediais de um só pavimento, isto é, 97,35% do total.

Essas construções distribuíam-se, segundo a situação territorial, do seguinte modo:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	QUADRO URBANO	QUADRO SUBURBANO	QUADRO RURAL
TOTAIS	9 098 791	1 994 823	847 233	6 256 735
Construções de alvenaria	2 926 807	1 351 046	369 180	1 206 581
Construções de madeira	5 933 173	586 556	451 328	4 895 289
Construções de outra natureza e de natureza não declarada	238 811	57 221	26 725	154 865

Também o Censo Agrícola de 1940, entre as 2 868 154 residências de colonos recenseadas, encontrou apenas 582 668 construídas de tijolo, o que corresponde à reduzida proporção de 20,31% sobre o total; as casas de madeira (633 669) representavam 22,09% e as feitas de outros materiais, certamente de mais baixa qualidade, contavam-se por 1 651 817, equivalentes a 57,60%.

Êsses números possibilitam a conclusão de que a imensa maioria das unidades prediais existentes em todo o território nacional é constituída de habitações de níveis materiais e condições de desconforto muito semelhantes as situadas nas favelas.

No que diz respeito às instalações investigadas nos 9 milhões de casas de todo o país, verifica-se que tão só 14,65% dos domicílios (1 351 374) possuíam iluminação elétrica; 13,15% (1 196 789) possuíam instalações sanitárias; 11,60% (1 056 221) tinham água encanada e 6,29% (572 514) eram dotadas de banheiros.

Sem êsse imenso campo de pobreza cuja extensão as estatísticas prediais brasileiras acusam, as favelas não poderiam ter nascido. Em seu processo de formação, os núcleos de favelados do Distrito Federal apenas transplantaram para outros terrenos espécies que já de há muito floresciam.

Como é óbvio, não são as favelas que produzem os baixos padrões de remuneração, de instrução, de higiene de seus habitantes, mas justamente pelo contrário, são os baixos padrões de remuneração, de instrução e de higiene existentes em nosso país que geram as favelas. Essa afirmação, todavia, não importa em negar que, nascidas de causas mais longínquas e mais profundas, as favelas, por sua vez, condicionam a formação de hábitos e relações peculiares ao seu meio.

O próprio sentido que tomou sua denominação define, de uma parte, as características gerais de estrutura social de suas populações e, de outra parte, certas condições particulares, sob as quais essas populações se agregam. No Distrito Federal, pelo menos, o nome - favela - não indica apenas um aglomerado de gente pobre, do nível mais corrente, porém um aglomerado humano cujas condições de vida mais ainda se agravam à medida que pioram seus padrões de habitabilidade.

Não é sem razão que, no conceito popular, no consenso comum, os núcleos de habitações pobres começam a ser considerados favelas quando se condensam e se comprimem, e que assim não se consideram aqueles núcleos quando ainda esparsos constituídos embora de casebres do mesmo tipo.

Entretanto, o fato de piorarem as condições de habitabilidade à proporção em que se adensam os agrupamentos de favelados, do que resulta tanto maior promiscuidade quanto menos higiene, não é um indicio apenas de agravação da existência das populações das favelas, mas das populações pobres em geral. Porque, se assim não fosse, cessaria o afluxo as favelas quando ali as condições de habitabilidade piorassem, em relação com as de outras áreas. Essa interrelação é inevitável e atua como fator de equilíbrio da mobilidade demográfica, uma vez que as correntes de deslocamento, via de regra, partem das piores para as melhores situações. Vê-se, pois, que aquilo que parece um sintoma específico se transforma num sintoma geral.

As favelas deixam de ser, por êsse e outros motivos, um fenômeno à parte, próprio e exclusivo do Distrito Federal, com características inconfundíveis e essencialmente diversas de quaisquer outros aglomerados das classes pobres. Suas populações representam uma parcela, como tantas que integram a sociedade brasileira, constituída de grupos sociais de níveis econômicos inferiores, de poder aquisitivo baixo.

A limitação do poder aquisitivo desses grupos tem impedido o seu acesso a melhores habitações, sejam estas abundantes ou escassas, (e a lei da oferta e da procura impede que sejam abundantes se para elas não há capacidade aquisitiva). Exatamente por isso, a tendência ao desaparecimento das habitações coletivas (cabecas-de-porco, cortiços, etc.), foi substituída no correr do tempo, pela tendência à proliferação das habitações rusticas individuais, das favelas.

Alguem que tenha estudado mais profundamente essa evolução e a influência sobre ela do desenvolvimento social do trabalho, poderá com alguma razão afirmar que as habitações coletivas do tipo das cabecas-de-porco e dos cortiços são uma herança das senzalas, do mesmo modo que os barracos ou mocambos correspondem à época do trabalho livre nas zonas rurais e urbanas.

As estatísticas prediais não fornecem todos os elementos de que carecemos para acompanhar as transformações que se operaram no modo de habitação das classes pobres do Distrito Federal. Entretanto, certas situações de auge podem ser evidenciadas através da interpretação dos números colhidos durante os recenseamentos.

Registrou o Censo de 1890 a existência no Distrito Federal de 1 449 habitações coletivas nas quais estavam presentes 18 338 famílias, isto é, cerca de uma quarta parte do numero de famílias recenseadas (71 807). Por ocasião do Recenseamento de 1906, os domicílios coletivos haviam-se elevado para 3 041, o que correspondia a 3,63% do total de domicílios. Mas, já em 1920, de acordo com os registros censitários, verificava-se uma queda não só na participação percentual, de 3,63 para 2,30%, como em numeros absolutos, pois de 3 041 a quantidade de domicílios coletivos passava a 2 967.

Em 30 anos, a fisionomia da cidade se transformara e com ela os hábitos de população.

"O avanço e a disseminação da população no território dos subúrbios - esclarece BULHÕES CARVALHO (1) - contribuem de fato para reduzir, progressivamente, no centro da cidade e até mesmo nos distritos urbanos mais remotos, as habitações coletivas de certa natureza, tais como as estalagens, os cortiços e outros estabelecimentos mais ou menos semelhantes, substituídos em geral, por avenidas, pensões, casas de cômodos, etc. É essa, aliás, a regra em toda parte. Em compensação, crescem em numero e tamanho, no centro urbano e nos arrabaldes vizinhos, as habitações coletivas destinadas à hospedagem mais confortável, tais como, os grandes hotéis, as pensões familiares e aristocráticas, os apartamentos mobiliados e outros domicílios do mesmo genero, - o que explica o fato de não diminuírem os domicílios coletivos na mesma proporção em que aumentam as residências particulares".

Entretanto, ao mesmo tempo que, em substituição às casas de cômodos, por um lado, crescia o numero das "habitações coletivas destinadas à hospedagem mais confortável", por outro lado, as estalagens, os cortiços, e habitações coletivas de tipo semelhante, desaparecidas do centro da cidade, substituíam-se por casebres igualmente desconfortáveis, mas independentes.

A ausência de dados idôneos anteriores a 1933 não permite investigar os indices de crescimento dos predios de diferente natureza no Distrito Federal. A Es

(1) "Estatística Predial e Domiciliária da Cidade do Rio de Janeiro", pág. XIV

tatística Predial de 1933 parece ser a primeira a separar, segundo os materiais de sua composição, as construções cadastradas, e por ela se vê, que, à época, havia na Capital da República 57 889 habitações rústicas (casas de madeira, casebres, barracões e galpões).

Se, com as necessárias reservas, devidas à diferença de critérios, confrontarmos esse total com o encontrado pelos levantamentos do Serviço Nacional de Febre Amarela em 1-1-1940 (65 317 casebres) temos que nos 7 anos decorridos de 1933 a 1940 surgiram 7 428 casebres, ou 1 060 por ano. Mas em 1949, o mesmo S.N.F.A. fez novo levantamento e contou 89 635 casebres, portanto mais 24 318 do que em seu inquérito anterior. Vê-se que o incremento anual foi muito maior no último período, ou 2 702 casebres. por ano.

Comprova-se, assim, como as características domiciliárias da parte mais pobre da população carioca se vão modificando.

O fenômeno das favelas tem sido geralmente encarado como um simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social. Esquece-se, quase sempre, que, antes de se transformarem num problema a desafiar estudos de profundidade por parte dos estetas e filantropos, as favelas representaram uma solução de emergência, imposta às pessoas desprovidas de recursos, para suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho. O movimento demográfico em direção às favelas não foi, portanto, um produto do acaso, mas de causas e fatores que o impeliram num sentido determinado.

Quem quer que despreze esses elementos de origem para a explicação do rápido incremento populacional verificado nas favelas, terá que se perder em conjeturas mais ou menos razoáveis, em torno de seus efeitos, sem, entretanto, penetrar profundamente nas suas verdadeiras causas. O fenômeno, por conseguinte, não pode deixar de ser examinado em ligação com outros aspectos da vida da coletividade carioca, preso como se acha, em suas características essenciais, ao nosso desenvolvimento econômico, social e urbanístico.

Convenhamos que os logradouros públicos improvisados nos morros nada oferecem de atrativo para residências de regular conforto. Outro não teria sido o motivo por que as elevações mais centrais da cidade resistiram até agora à marcha da urbanização. Cedo ou tarde, porém, tal resistência será anulada e isso certamente se dará no dia em que a diferença entre o valor dos terrenos planos e dos terrenos acidentados for tão grande que permita cobrir o custo das obras indispensáveis à edificação e urbanização dos morros.

Ninguém poderá afirmar em face dos enormes progressos técnicos no domínio da engenharia civil, que estejamos longe desse dia; e alguns espíritos talvez maliciosos já começam a ver, na batalha pela extinção das favelas, apenas ambições ocultas de interessados em explorar comercialmente certos terrenos, ocupados por núcleos de favelados, suscetíveis de imediata urbanização.

Numa das tertulias geográficas promovidas pelo Conselho Nacional de Geografia em 1946, o Prof. J.C. JUNQUEIRA SCHMIDT teve oportunidade de abordar o problema do aproveitamento dos morros cariocas, sugerindo, como no caso do bairro de Santa Teresa, que "as ruas das elevações deveriam seguir aproximadamente as curvas de nível e ter comunicações verticais com funiculares do tipo suíço". E assim concluía: "Deste modo, além de acabarmos com as favelas que tanto enfeiam a cidade, alcançariamos conforto maior e facilidade de comunicação". (1)

Se não se admite a utilização dos morros como centros residenciais de regular conforto, que outros motivos aconselhariam o desalojamento de seus atuais habitantes?

As favelas devem ser urbanizadas ou simplesmente extintas?

A extinção das favelas, abstraído seu aproveitamento posterior - e aqui nos referimos notadamente aos morros - ficaria circunscrita a uma exigência estética, a um motivo de embelezamento urbano, talvez não bastante forte para justificar a remoção de 170 000 pessoas. Isso implicaria a acomodação em zonas distantes de 60 000 famílias, a construção em prazo curto de cerca de 50 000 novas casas para venda ou locação a preços limitados e exigiria a solução do problema dos transportes, ampliando-se e barateando-se consideravelmente os atuais meios de locomoção.

(1) Boletim Geográfico, nº 38, maio de 1946, pág. 170

Urbanizar os morros e favelas em geral não seria, possivelmente, empreendimento menos custoso, embora parecesse mais de acôrdo com o sentido social e humano da questão. Quem asseguraria, porém, que depois de urbanizados as favelas e os morros, neles permanecessem seus atuais moradores?

Sejam quais forem os rumos escolhidos para equacionar os problemas surgidos com a proliferação dos núcleos de favelados, o acôrto das medidas que possam vir a ser postas em prática dependerá do melhor conhecimento das características individuais e sociais dessas populações.

Eis a razão por que o VI Recenseamento Geral do Brasil tomou a iniciativa de apurar, separadamente, os dados do Censo Demográfico referentes as favelas do Distrito Federal, oferecendo, assim, a todos os interessados, os elementos básicos sobre aqueles aglomerados humanos.

Ressalte-se a circunstância de não haver obedecido a apuração desses dados a um planejamento rigoroso, que deveria ter compreendido todas as fases da operação censitária, desde a preparação do cadastro predial domiciliário até a conclusão da coleta. A ideia do levantamento em separado dos resultados referentes à população das favelas surgiu, entretanto, quando já estava iniciada a coleta do Censo Demográfico e se tinha verificado que a divisão territorial do Distrito Federal, do modo por que se fizera, permitiria o conhecimento das características principais dos núcleos localizados na área não urbanizada existente nas imediações do centro da Cidade.

II

AS FAVELAS ATRAVÉS DE INQUÉRITOS ANTERIORES A 1950

Antes de 1950, vários inquéritos, parciais uns, gerais outros, foram realizados por entidades diversas. Conhecem-se, por exemplo, os resultados dos levantamentos feitos pela Fundação Leão XIII e pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal. O primeiro desses levantamentos voltou-se principalmente para os aspectos sociais da vida nas favelas, fornecendo subsídios para o exame dos baixos padrões de alimentação, saúde e instrução dos moradores dos morros de São Carlos e de Jacarezinho. O segundo, realizado com maior amplitude, abrangeu 105 núcleos, e seus resultados possibilitaram o conhecimento das principais características demográficas de uma enorme massa de favelados.

O inquérito da Fundação Leão XIII iniciou-se em fins de 1947, prolongando-se até o mês de setembro de 1948. O período de coleta foi, como se vê, excessivamente largo, sendo de admitir que as modificações ocorridas no seu decurso tenham prejudicado a consistência dos resultados.

No Jacarezinho foram registradas 17 979 pessoas, correspondendo a 4 109 famílias e igual número de domicílios, considerando-se como tal a peça ou o conjunto de peças habitadas por uma família. A média domiciliária é de 4,3 pessoas, número também equivalente a média por família.

A distribuição dos habitantes, pelo número de domicílios, peças e leitos, revela a existência de 17 979 pessoas para apenas 6 894 leitos, o que dá a proporção de um leito para cada 3 pessoas. Dentre os 4 109 domicílios encontrados, com um total de 11 202 peças - portanto menos de 3 peças em média por família - há 56 domicílios em que moram 10 pessoas, 34 de 11 pessoas, 14 de 12 pessoas, 11 de 13 pessoas, 3 de 14, 1 de 15, 2 de 18 e 1 de 19 pessoas.

Dos mesmos 4 109 domicílios, apenas 12 (0,3%) utilizam gás, 23 possuem água encanada (0,5%); existem instalações sanitárias em apenas 1 779 (43,3%) e o número dos que usam luz elétrica reduz-se a 1 402 (34,1%).

Igualmente impressionantes são os dados acerca do tipo de alimentação consumida e sobre o estado sanitário da população de Jacarezinho. Mil cento e sessenta famílias, sobre 4 109, incluem o leite em sua alimentação; 3 358 consomem carne; 3 415 consomem verduras, não passando de 2 899 famílias as que se alimentam de frutas.

Quanto ao número de domicílios em que se apresentaram casos de moléstias é assim discriminado: tuberculose, 354; lepra, 8; sífilis, 177; cancer, 31; psicopatia, 112. Em um total de 4 109 domicílios, havia, por conseguinte, moléstias graves em 682, o que corresponde a 16%.

O inquérito da Fundação Leão XIII revela ainda que as 4 109 famílias recensadas na Favela do Jacarezinho haviam tido 10 144 filhos vivos e 3 213 mortos, correspondendo o número destes a 31,67% do número dos vivos, taxa extraordinariamente elevada, denunciadora do alto índice de mortalidade daquela população.

No Morro de São Carlos foram registradas 9 450 pessoas, correspondendo a 2 108 famílias, sendo a média domiciliária de 4,5 pessoas.

A distribuição dos habitantes pelo número de domicílios, peças e leitos revela a existência de 9 450 pessoas para 4 035 leitos, o que dá a proporção de um leito para cada 3 pessoas. Dentre os 2 108 domicílios encontrados, com um total de 5 873 peças - menos de 3 peças em média por família - há 34 domicílios em que moram 10 pessoas, 16 de 11 pessoas, 10 de 12 pessoas, 2 de 13 pessoas e 1 de 14 pessoas.

Utilizam gás apenas 53 (2,5%) dos 2.108 domicílios; possuem água encanada 552 domicílios (26,2%); há instalações sanitárias em 1.321 (62,7%) e luz elétrica em 1.597 (75,8%).

Relativamente ao tipo de alimentação e ao estado sanitário, verifica-se que no Mórro de São Carlos, 666 famílias (31,6%) incluem leite em sua dieta; 1.897 (89,5%) consomem carne; 1.940 (92%) consomem verduras, sendo de 1.729 (82%) o número de famílias que se alimentam de frutas. Os seguintes casos de moléstias foram observados: tuberculose, em 239 famílias (11,3%); lepra, 6 famílias (0,3%); sífilis, 121 (5,7%); câncer, 34 (1,6%); e psicopatia, 83 famílias (3,9%). Total: 483 famílias em que se verificaram casos de moléstias graves, ou sejam, 19,7%.

Para 5.249 filhos vivos, as 2.108 famílias do Mórro de São Carlos haviam tido 1.833 mortos, o que equivale a 34%.

À primeira vista, do confronto entre os dados das duas favelas investigadas pela Fundação Leão XIII, chega-se a supor que as condições de vida da população de São Carlos são superiores às de Jacarézinho, uma vez que naquela são mais altas as percentagens de domicílios dotados de água encanada, instalações sanitárias e luz elétrica, como também são maiores as quotas de consumo de leite, carne, verduras e frutas. Entretanto, tais circunstâncias não contribuem para baixar, senão para elevar de 16,6% para 19,7% a taxa de domicílios com enfermidades graves e, também, nenhuma influência benéfica é notada na quota de filhos mortos que é maior em São Carlos (34%) do que no Jacarézinho (31,67%).

Em favor do Mórro de São Carlos está o fato de nele se radicar um aglomerado humano de formação anterior, relativamente mais estável e onde o barraco representa 74% do total de habitações, quando em Jacarézinho a quase totalidade destas é constituída daqueles casebres típicos do favelado (95,45%).

É consideravelmente maior em São Carlos o número de casas alugadas (e de certo em grande parte ainda na base de alugueis antigos) que representam mais de 40% do total. Contraditoriamente, em Jacarézinho a percentagem de "casas" próprias eleva-se a 87,1%; donde se vê que a propriedade representa aqui um símbolo de miséria.

Quando passamos a comparar a capacidade aquisitiva das populações das duas favelas compreendidas no inquerito da Fundação Leão XIII, através dos quadros de salários, que constituem o elemento decisivo para julgarmos de suas condições de vida, chegamos a estes resultados:

CLASSES DE SALÁRIO	% DE PESSOAS	
	Jacarézinho	São Carlos
Até Cr\$ 1 000	43,85	44,46
Mais de Cr\$ 1 000	56,15	55,54

As diferenças entre uma e outra favela são tão diminutas que, levando-se em conta os cálculos do Mórro de São Carlos, onde só 74% das habitações poderiam, a rigor, ser consideradas alojamentos de favelados, fica anulada qualquer superioridade de condições daquele núcleo sobre o de Jacarézinho. Com efeito, se apesar de estarem incluídos nos resultados do Mórro de São Carlos os dados referentes aos moradores dos 26% de casas de alvenaria, os níveis de salário apresentados nas duas favelas diferem tão pouco entre si, não há como concluir que a vida no Mórro de São Carlos seja menos insuportável do que em qualquer outra favela.

Nesse sentido, os elementos colhidos pelo Censo da Prefeitura do Distrito Federal, em 1948, por abrangerem muito maior massa de informações, prestam-se a observações bastante mais aproximadas da realidade.

O Censo das Favelas, levantado sob a responsabilidade do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal, investigou a população de 105 favelas, compreendendo as localizadas tanto nos morros como em outros diferentes locais. A princípio, foram identificados como tais 119 núcleos, com uma população estimada em 280.000 habitantes, sendo 14 deles excluídos posteriormente por terem sido "formados em terrenos com sua situação legalizada, de propriedade dos próprios moradores" e "por terem sido comprimidos numa só unidade núcleos dispostos na mesma uni-

dade topográfica com denominações diferentes" (1).

Por faltarem recursos suficientes, a coleta dos dados não foi realizada simultaneamente em todo o território a recensear, tendo-se iniciado nas últimas semanas do ano de 1947 e terminado em fins de março de 1948.

Revelaram os resultados que a população presente naqueles 105 núcleos totalizava 138 837 habitantes, dos quais 68 953 do sexo masculino e 69 884 do sexo feminino.

A composição por idades mostra forte concentração nos grupos até 20 anos, que representam 48,03%, enquanto os de mais de 40 anos apenas acusam a percentagem de 15,93%, caracterizando-se assim a baixa taxa de sobrevivência. Relativamente à instrução, verifica-se que apenas 48,46% da população favela sabe ler e escrever.

Os dados do Censo da Prefeitura permitem-nos observações interessantes sobre o padrão de vida dos favelados. Embora nem toda a população economicamente ativa tenha feito declaração de vencimentos, conclui-se que, entre 50 342 pessoas que informaram sua condição de assalariados, há 13 215 que ganham menos do que o salário mínimo. Apenas 11 455 percebem vencimentos superiores a Cr\$ 1 000,00, ou seja 22,75%. Os restantes 77,25% estão assim distribuídos: 5 139 declararam perceber até 200 cruzeiros; 8 076, de 201 a 400 cruzeiros; 7 157, de 401 a 600 cruzeiros; 8 274, de 601 a 800 cruzeiros; e 10 211 declararam ganhar entre 801 e 1 000 cruzeiros.

Fizeram declaração de atividade, no quesito "Profissão", 49 127 pessoas, número inferior ao dos que deram resposta ao quesito "Salário mensal". A população com atividade declarada aparece distribuída em sete categorias: Agricultura, 136 pessoas (0,1%); Indústria em geral, 12 289 (10,3%); Indústria de construções, 10 573 (7,6%); Comércio, 5 210 (3,8%); Transportes e comunicações, 4 074 (2,9%); Administração pública, defesa nacional e segurança pública, 2 930 (2,1%); Atividades de utilidade coletiva e economia doméstica, 11 906 (8,6%). Todos os demais recenseados, inclusive inativos, ocupados em "outras profissões" e pessoas sem declaração de atividade, foram reunidos na rubrica "Inativos", o que fez crescer o número destes a 89 710 ou 64,6%. Deduzindo-se desta parcela os menores de 7 anos e os de 13 anos que não declararam exercer atividade, restam 43 797, dos quais quase 75% do sexo feminino e menos de 25% do sexo masculino (em números absolutos: 9 963). Estes ainda diminuem mais com a exclusão dos de "outras profissões" e dos que não declararam atividade, maiores de 13 anos. Desse modo, a proporção dos verdadeiramente inativos fica reduzida a termos que certamente não excedem de muito a taxa normal.

O levantamento predial realizado juntamente com o Censo da Prefeitura acusou a existência de 34 567 habitações para os 138 837 favelados, o que corresponde à média de 4,01 pessoas por prédio. Das habitações cadastradas apenas 22 552 (65,25%) possuem entre 1 e 2 cômodos; 10 358 (29,96%), entre 3 e 4; e 1 657 (4,79%) possuem 5 e mais peças. São dotadas de instalação sanitária tão somente 1 356 moradias (3,92%) enquanto 6 898 dispõem de fossas e 26 313 (76,13%) têm despejo impróprio. Apenas 2 503 residências (7,24%) possuem água encanada, 2 888 (8,35%) abastecem-se em poços, contra 29 176 (84,41%) que recorrem a outros fornecimentos. Não passa de 13 270 (38,39%) o número das casas com iluminação elétrica, "em geral obtida pelo sistema de redistribuição, a preços elevados e condicionado o consumo a pequeno espaço de tempo" (2).

Note-se que, das 34 567 habitações compreendidas no cadastro censitário, apenas 1 706 (4,94%) eram de valor superior a Cr\$ 10 000,00; 22 141 habitações (64,06%) valiam menos de 2 000 cruzeiros; 3 365 (9,73%) valiam entre 2 e 3 mil cruzeiros; 2 006 (5,80%), entre 3 e 4 mil cruzeiros; e 3 495 (10,11%) entre 5 e 10 mil cruzeiros. Sabendo-se quais as condições de moradia desses casebres, em cujas construções predominam materiais de demolição, destroços, refugos, etc., não se ha de observar qualquer tendência à redução do valor declarado, como geralmente acontece quando existe preocupação de fugir ao pagamento de impostos. De fato, verifica-se que 43,53% das habitações têm cobertura de zinco; 2,72% cobertura de madeira; 3,79% de palha. Quanto ao piso, 47,17% das casas possuem-no de terra; 26,56%, de madeira e 15,28% de cimento.

(1) Censo das Favelas - Aspectos Gerais, Prefeitura do Distrito Federal, 1949, pág. 7

(2) Revista Brasileira de Estatística, nº 38, abril-junho de 1949, pág. 262

III

AS FAVELAS E O RECENSEAMENTO DE 1950

O Censo Demográfico de 1950, planejado para levantar o potencial humano do país, não se propunha a efetuar pesquisas específicas, correspondentes a determinados grupos sociais, situados fora dos quadros territoriais e administrativos usualmente adotados. O vulto do empreendimento exigia a aplicação de critérios gerais, simples e objetivos e, de acordo com eles, o agrupamento dos dados referentes à população teria de subordinar-se à legislação atinente à divisão territorial-administrativa do país.

Não resta dúvida, porém, que seria interessante averiguar a situação de certos grupos sociais, dotados de características próprias, como é o caso dos favelados do Distrito Federal. Para efetuar-se um levantamento da população das favelas, tornar-se-ia necessário, no entanto, fazer a caracterização destas e a sua correta delimitação no terreno. Procurou-se, na falta desses elementos, quando da divisão das Circunscrições do Distrito Federal em setores censitários, proceder de maneira a possibilitar, pela apuração dos dados correspondentes aos habitantes dos setores considerados como de favelas, a contagem e a verificação das características individuais dos favelados.

É indispensável frisar, neste ponto, que embora se caracterize certo aglomerado como favela, não é simples a determinação de sua área, pois existem controvérsias provocadas pela interferência de critérios subjetivos. Assim, os resultados apresentados nas tabelas anexas não podem ser tomados como referentes a toda a população favelada do Distrito Federal. Eles dizem respeito, apenas, à população presente - que inclui os habitantes presentes em 1º de julho de 1950, moradores ou não - nas favelas relacionadas no quadro nº 7 e representam, segundo se estima, 90% do total dos habitantes das favelas cariocas, reconhecidas comumente como tais.

Se esses resultados não são representativos da totalidade das favelas existentes no Distrito Federal, muito menos exprimem toda a população de idêntico nível econômico aqui domiciliada. Quer isso dizer que há na Capital da República maior número de favelas do que o indicado nos resultados e, também, que há um número muito maior de pessoas na condição de favelados.

Quando foram divulgados, em caráter preliminar, os resultados do cadastro predial-domiciliário do Distrito Federal, já se advertia:

"Nesses aglomerados humanos foram registrados 44 621 casebres e 45 235 domicílios. Isto deverá representar uma população de cerca de 170 000 habitantes. E note-se que nem só nas "favelas" existem casebres. Espalhados pela cidade há quase outro tanto de habitações miseráveis". (1)

Os dados obtidos pelo levantamento do Serviço Nacional de Febre Amarela, anteriormente referidos, elevaria a mais do dobro o número de casebres encontrados nas favelas, pois em 1949 aquele Serviço registrara 89 635 deles. Admitindo-se que nesses casebres habite, em média, o mesmo número de habitantes de cada prédio das favelas (3,8), tem-se que a população que vive no Distrito Federal nas mesmas condições dos favelados vai a pelo menos 340 000, o que corresponde a 14,30% da população global.

O fato de alguns aglomerados comumente considerados como favelas não estarem incluídos nos resultados que aqui se divulgam não diminui a expressão dos mesmos,

(1) O Recenseamento Geral de 1950 no Distrito Federal, nota distribuída à imprensa.

uma vez que a parte dos habitantes de outras favelas de menor significação, ou de habitações do mesmo tipo encravadas em outros logradouros, por certo apresentará as mesmas características gerais reveladas nas apurações referentes aos 169 000 favelados que formam a massa à qual se relacionam os quadros anexos.

Em linhas gerais, o órgão responsável pela coleta censitária no Distrito Federal considerou como favela os aglomerados que o consenso público classifica como tal, estejam situados nos morros ou em qualquer outra parte. Tomou-se em consideração, assim, não apenas a configuração do terreno, mas a associação de outros aspectos típicos, entre os quais o tipo da habitação, a condição de ocupação da área, a ausência de melhoramentos públicos. Foram excluídos do conjunto, entretanto, os pequenos núcleos de casebres encravados em logradouros públicos.

Ficam, dêsse modo, esclarecidas certas dessemelhanças entre os resultados ora apresentados pelo Serviço Nacional de Recenseamento e os obtidos pelo Censo das Favelas, executado sob a responsabilidade do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal em 1948, dessemelhanças que, de certa maneira, afetam a comparabilidade entre ambos. O anexo III permite apreciar até que ponto os resultados se referem às mesmas áreas.

A questão de conceituar, para fins censitários, o que deveria considerar-se como favelas defrontou-se com algumas dificuldades.

Que deveriam chamar-se favelas?

Só os aglomerados humanos dos morros? O critério de limitar a designação aos morros pareceu anacrônico, em face da extensão do significado vulgar do termo, atualmente envolvendo grande número de núcleos surgidos ora em lugares planos, ora em terrenos de outra natureza ou até mesmo em arcabouços de edifícios não terminados de construir.

Seriam características exclusivas das favelas as habitações típicas que nelas predominam?

Conquanto esse aspecto particular não pudesse ser desprezado, ele não bastaria para a identificação procurada, desde que, como se sabe, os barracos, isto é, os casebres rústicos de táboas e latas ou folhas zincadas, vêem-se aqui e ali, em todos os setores da periferia do Rio de Janeiro, entre edificações de outro tipo e em muitos bairros que não poderiam ser em conjunto tomados como favelas.

A própria definição do barraco, que certa tradição consagrou como típico das favelas, não pode ater-se aos elementos materiais empregados mais frequentemente na sua construção - madeira e latas - mas deverá abranger, além dos elementos plásticos - o estilo, a arquitetônica, também as condições de habitabilidade - peças domiciliares, instalações sanitárias, etc. O barraco não se opõe ao mocambo ou a qualquer outro tipo de habitação pobre brasileira, por possuir determinadas linhas ou determinada composição exclusiva das favelas. Não seria possível encontrar diferenciação nítida entre o barraco típico e o casebre de qualquer outro modelo e se isso fosse tentado, na base da classificação dos materiais utilizados em sua construção, haveríamos de esbarrar ante os casos de composição mista, em que os materiais se mesclam de tal modo a ponto de tornar impraticável a distinção. Por outro lado, as favelas não são somente formadas de barracos, se considerarmos como tais apenas as unidades construídas de madeira e latas, mas também de agrupamentos de casebres de outros materiais, em que predominam certo "estilo" e determinadas condições de habitabilidade comuns às residências pobres, de certo as menos adequadas à vida civilizada.

Outro problema, de ainda mais difícil solução, foi o de fixar as linhas divisórias entre a área de cada favela e as demais áreas confinantes. Onde começariam as favelas e onde terminariam as demais áreas confinantes? Os barracos do sopé dos morros deveriam ser incorporados à área das favelas ou ser locados nos logradouros em que se achavam encravados?

Todavia, tal solução se impunha, pois os resultados do Censo Demográfico, apresentados separadamente para as populações faveleiras, haveriam, inevitavelmente, de perder em fidedignidade e consistência se sofressem a intromissão de dados coligidos em zonas diferentes daquelas que precisavam ser caracterizadas.

Feita com certo rigor, com o objetivo de evitar a interferência de logradouros de definição controversa, a delimitação territorial das favelas, efetuada pelo Serviço Nacional de Recenseamento, excluiu da contagem a grande maioria dos pequenos grupos de casebres e a totalidade dos casebres esparsos.

Neste particular, o critério do S.N.R. divergiu dos levantamentos anteriores, principalmente do realizado pela Prefeitura do Distrito Federal em 1948, que localizou 105 núcleos de favelados quando o Censo Demográfico de 1950 apenas abrangeu 58. É verdade que, em alguns casos, a divergência provém de terem sido, em 1950, considerados com uma só designação núcleos tomados distintamente em 1948 (por exemplo Fãvão e Pavãozinho), o que se poderá acompanhar pelo anexo III.

O cadastro predial-domiciliário que antecedeu o Censo Demográfico de 1950 orientou-se, preliminarmente, pelo consenso público, para a caracterização e delimitação da área das favelas.

Contribuiu para a conceituação, em segundo lugar, a configuração topográfica. Predominando os morros (66% do total) entre as favelas arroladas pelo S.N.R. em 1950, sua delimitação territorial não ofereceu maiores empecilhos, sabendo-se como os próprios acidentes de terreno se constituíram em fatores diferenciais de indiscutível importância. O mesmo não se deu com as favelas localizadas em outras situações, cujas áreas exigiram mais difícil delimitação.

Tanto no que se refere aos núcleos situados nos morros, quanto a todos os outros, fêz-se preciso completar os detalhes marcantes da configuração territorial com aspectos típicos de natureza diversa, para que ficasse melhor determinada a definição da área a recensear.

Dêsse modo, foram incluídos na conceituação de favelas os aglomerados humanos que possuíssem, total ou parcialmente, as seguintes características:

1. Proporções mínimas - Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
2. Tipo de habitação - Predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, táboas ou materiais semelhantes;
3. Condição jurídica da ocupação - Construções sem licenciamentos e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
4. Melhoramentos públicos - Ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
5. Urbanização - Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.

Por ocasião do levantamento do cadastro predial e a fim de que se pudessem apurar em separado os dados referentes às favelas, estabeleceu-se distinção, no território a recensear no Distrito Federal, entre área urbanizada e área não urbanizada. Como área urbanizada se considerou a parte do território servida, ou em vias de o ser por melhoramentos públicos, bem como a pertencente ao traçado da zona de expansão, incluídas também as estradas. Considerou-se área não urbanizada a constituída por agrupamentos prediais ou domiciliários em que predominam casebres ou habitações rústicas construídos sem obediência a plano, fora dos alinhamentos, sem situação legalizada ou em locais não servidos por melhoramentos públicos.

Os resultados preliminares do levantamento predial-domiciliário revelaram a existência de 361.378 prédios e 402.356 domicílios na zona urbanizada e a de 44.621 prédios e 45.236 domicílios nas favelas. Posteriormente, algumas das áreas antes consideradas como não urbanizadas passaram a figurar na zona urbanizada, por se verificar que não tinham todas as características mediante as quais se identificavam as favelas. Tratava-se, na realidade, de agrupamentos pouco numerosos ou, mais propriamente, integrados no tipo comum de logradouros suburbanos ou rurais, como, por exemplo, os 237 prédios (casebres) localizados em Guaratiba e os 432 prédios (casebres) localizados na Circunscrição das Ilhas, os quais, em face de melhor exame, ficaram excluídos da classificação de área não urbanizada.

Nas favelas, o levantamento predial-domiciliário processou-se em geral do mesmo modo que nas demais áreas, mas encontrou tarefas de natureza diferente e que demandaram maiores esforços para sua execução. O terreno a percorrer nem sempre permitia fácil acesso, exigindo, ao contrário, trabalho árduo por parte do locador para o completo reconhecimento.

Havia, além disso, que preparar condições para que mais tarde a coleta de dados censitários não encontrasse os mesmos obstáculos verificados durante o levantamento cadastral. Nos arruamentos formados pelos barracos, quase sempre dispostos a esmo, não existia emplacamento, pelo qual o recenseador pudesse orientar-se. Um dos

primeiros problemas a ser encarados seria, por conseguinte, a numeração dos casebres.

Entre os favelados há o costume de pintar ou pregar, à frente das casas, números inteiramente arbitrários, ou porque com eles o morador simpatize ou porque correspondam a placas já usadas que por acaso lhe caíam às mãos. Esses números tiveram que ser respeitados pois, de qualquer modo, se tinham tornado o único meio de identificação para aqueles domicílios, entre todos os demais.

Seria necessário, porém, conciliar os números existentes, embora colocados ao acaso, com a nova numeração, a que se procurou dar o máximo de continuidade. Por outro lado, duas ou três numerações anteriores, tais como as aplicadas pelo Censo de 1940, pela Fundação Leão XIII e pelo Serviço Nacional de Febre Amarela, ainda se conservavam aqui e ali, havendo ora casos em que se acumulavam várias num só casebre, ora em que todas se omitiam nos barracos mais recentemente construídos.

Fêz-se, em cada favela um levantamento topográfico completo, à base dos croquis desenhados em cada setor percorrido pelos locadores. Só na Praia do Pinto esse trabalho se tornou impraticável, tal a desordem e a dispersão com que foram erguidas as casas, sem qualquer espécie de arruamento. Neste caso, apenas uma solução foi possível, para que não ficasse sem controle a coleta censitária na Praia do Pinto: a utilização de fotografias aéreas, meio pelo qual a turma especial de recenseadores orientou ali o trabalho. Feito isso, passou-se ao recenseamento do conjunto atacando os setores por todos os lados e ao mesmo tempo.

Tanto na fase do levantamento cadastral, quanto na correspondente à coleta, os serviços se processaram normalmente, não se havendo registrado a menor resistência por parte da população. Pelo contrário, o ambiente encontrado foi o da melhor compreensão, por parte dos residentes nas favelas, para com as elevadas finalidades do recenseamento. E, com toda a certeza, foi a inestimável cooperação dos favelados com os locadores e recenseadores que facilitou o êxito dos trabalhos, a começar pela ajuda prestada no reconhecimento do acidentado terreno, cujos desvãos, quase impenetráveis, muito freqüentemente passariam despercebidos a quem não estivesse familiarizado com os caminhos que os servem.

Aplicam-se, em linhas gerais, aos resultados ora apresentados pelo Serviço Nacional de Recenseamento em relação às 58 favelas investigadas, as mesmas normas e os conceitos que prevaleceram, no Censo Demográfico, para todo o país.

O Quadro 1 apresenta a população presente, por sexo e grupos de idades, segundo a cor. Adverte-se, quanto à cor, que a investigação pretendeu fixar a representação numérica dos grandes grupos étnicos - brancos, pretos e amarelos. As pessoas que registraram outras declarações (pardos, mulatos, cafusos, cabócios, mestiços, etc.) foram reunidas sob a designação genérica de pardos. Parece desnecessário frisar as dificuldades que se opõem à coleta de informações relativas à cor. Preconceitos e, mesmo, reserva de certos informantes, quanto à declaração expressa de mestiçagem, contribuem para que, às vezes, as respostas não sejam fidedignas. Reconhecendo, embora, tal circunstância, o Serviço Nacional de Recenseamento julgou útil proceder à pesquisa, uma vez que são os Censos Demográficos, no Brasil, o meio mais adequado à obtenção de amplos elementos a tal respeito. Como população presente entendem-se os habitantes presentes, moradores ou não, considerando-se a presença em relação ao domicílio.

Nas 58 favelas recenseadas, a população presente a 1º de julho de 1950 ascende a 169 305 habitantes, o que corresponde a 7,12% da população global do Distrito Federal. O número de pessoas presentes do sexo masculino (50,05%) excede levemente o de pessoas do sexo feminino (49,95%), ao contrário do que se verifica na população global, em que a predominância do sexo feminino é evidente (48,91% de homens, para 51,09% de mulheres). No conjunto do Distrito Federal, no entanto, essas taxas se modificam de acordo com a situação do domicílio, pois a percentagem de homens vai geralmente aumentando, à medida em que é maior a distância do centro da cidade. Se, no quadro urbano, encontramos 47,99% de pessoas do sexo masculino e 52,01% do sexo feminino, essa relação passa a ser no quadro suburbano de 51,37% para 48,63% e, no quadro rural, de 53,34% para 46,66%. Assim, a distribuição por sexo da população recenseada nas favelas aproxima-se mais da dos distritos periféricos do que da dos distritos centrais.

No que se refere à cor, há, nas 58 favelas, 32,74% de brancos, 37,98% de pretos e 28,89% de pardos. Entretanto, na população global, a participação dos brancos sobe a 69,87%, descendo a dos pardos e pretos, respectivamente, para 17,49% e

12,30%.

De acôrdo com os dados do Censo de 1940, apenas em duas Unidades da Federação - Amazonas (31,25%) e Bahia (28,74%) - o número de brancos é percentualmente menor do que o registrado em 1950 entre os favelados do Distrito Federal. Mas em nenhum daqueles dois Estados o número de pretos sobrepuja o de pardos, como registram os quadros das favelas recenseadas.

Será útil mencionar aqui algumas das conclusões a que chegou o Professor GIORGIO MORTARA, Assessor Técnico do Conselho Nacional de Estatística, em estudo baseado nos resultados do Censo de 1940:

"A participação dos pardos e dos pretos é relativamente elevada nas atividades agropecuárias e extrativas, e relativamente baixa nos demais ramos de atividades extradomésticas, especialmente nas profissões liberais, ensino particular, culto e administração particular, na administração pública, justiça e ensino público e no comércio e crédito. São baixas as quotas dos pardos e dos pretos na posição de empregador em todos os ramos; elevadas, na posição de empregado no ramo agropecuario; relativamente elevadas, na posição de autônomo nos demais ramos. Os amarelos salientam-se pela acentuada concentração nas atividades agropecuárias e pela predominância da pequena empresa de família. Os brancos aparecem com as maiores quotas nas atividades de caráter mais elevado e nas posições superiores, participando, todavia, largamente, na posição de empregado nas atividades localizadas em prevalência nas cidades. Entre os grupos pardo e preto, o primeiro ocupa sempre lugar superior, podendo-se assim estabelecer nítida graduação descendente na distribuição das atividades e posições entre os três grupos principais, branco, pardo e preto". (1)

Não surpreende, pois, em uma população como a das favelas, em que a grande maioria dos economicamente ativos se constitui de ocupados em atividades de baixa remuneração, a predominância dos grupos preto e pardo, para os quais as "atividades de caráter mais elevado" e as "posições superiores" não são facilmente acessíveis.

Se se considerar o fato observado pelo Professor Mortara, em sua análise dos resultados de 1940, de que as atividades extrativas são "o único ramo em que os não brancos constituem a maioria dos ocupados", pode-se também concluir que, uma vez provada a forte proporção nas favelas de contingentes de deslocados do interior, talvez estes proviessem, em maior número, de ocupações rurais do ramo extrativo do que do agropecuario. Seguindo a mesma ordem de raciocínio, assim igualmente se explicaria o aumento das quotas de pretos e de pardos no conjunto da população do Distrito Federal em 1950 (12,30 e 17,50% respectivamente), em comparação com as acusadas no Censo de 1940 (11,31 e 17,31%).

O Quadro 2 apresenta as pessoas presentes, de 15 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo o estado conjugal. Na distribuição das pessoas de 15 anos e mais segundo o estado conjugal, considerou-se, além do vínculo jurídico, a sua constituição mediante matrimônio exclusivamente religioso.

A reduzida taxa de sobrevivência, já revelada pela diminuta participação dos grupos de idades superiores a 40 anos na população favelada, através do Censo da Prefeitura de 1948 (15,93%), reafirma-se no levantamento do S.N.R. em 1950, que acusa a presença de tão somente 27 733 pessoas de mais de 40 anos, ou sejam 16,38% do total. Na população global do Distrito Federal, essa taxa se eleva a 24,45%, conservando-se ainda assim baixa, em comparação com a de outros países. Por outro lado, a forte frequência nos grupos de idades de 0 a 19 anos (45,71%), indicativa de alta natalidade, como aquela outra o é de alta mortalidade, oferece também significativo contraste com a participação dos mesmos grupos na população global do Distrito Federal, representada por 38,48%.

Os solteiros, na população favelada de 15 anos e mais, estão indicados pela taxa de 48,78% e os casados pela de 40,02%, quando na população global é maior a percentagem dos casados (47,96%) do que a dos solteiros (42,63%). Todavia, enquanto no conjunto da população carioca, nos grupos de idades mais jovens, entre 15 e 25 anos, há 16,34% de casados para 83,18% de solteiros, nas favelas recenseadas há 21,19%

(1) GIORGIO MORTARA, "Atividades e posição na ocupação, nos diversos grupos de cor da população do Brasil", REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, n. 44, pag. 559.

de casados e 78,15% de solteiros. Vê-se que nas favelas há menor proporção de adultos casados, embora ali os casamentos se verifiquem mais cedo do que no conjunto do Distrito Federal. Quanto aos viúvos, as quotas praticamente se equivalem: 8,60% na população global; 8,99% nas favelas.

O Quadro 3 apresenta a população presente, por sexo e grupos de idades, segundo a instrução. Para a distribuição segundo a instrução, foram consideradas apenas as pessoas de 5 anos e mais; as pessoas de 5 a 14 anos estão discriminadas por ano de idade, de maneira a tornar possível a determinação de quaisquer grupos compreendidos entre esses limites.

A proporção de analfabetos nas favelas recenseadas, consideradas apenas, como acima ficou dito, as pessoas de 5 anos e mais, é de 44,26%, taxa bastante mais elevada do que a acusada no total da população carioca - 19,66%. Note-se, entretanto, que, em relação aos mesmos grupos de idades, havia no Brasil em 1940, 61,80% de analfabetos.

Como acontece no conjunto da população carioca, o número de pessoas que sabem ler e escrever, nas favelas recenseadas, atinge a proporção máxima nas idades de 15 a 19 anos (75,86% nas favelas; 89,51% no conjunto) decrescendo nos grupos de idades extremos. Nas idades de 5 a 9 anos, há nas favelas 17,31% de alfabetizados, para 37,30% do mesmo grupo da população global. Em relação a população adulta, de mais de 20 anos, essas percentagens são, respectivamente, de 57,16% e 83,49%.

O Quadro 4 apresenta a população presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião. Destacam-se apenas as religiões que congregam maior número de adeptos no Brasil, enquanto no item "outras religiões" figuram as pessoas que declararam pertencer a cultos não compreendidos entre as religiões enumeradas ou suas denominações equivalentes. As pessoas que responderam "sem religião" foram consideradas como tal, enquanto as que registraram traço (-), no quesito respectivo, estão contadas entre as "sem declaração de religião". Em qualquer dos dois últimos casos, porém, quando se tratava de criança de idade igual ou inferior a 12 anos, foi atribuída a estas a religião registrada para os pais, sempre que ambos declararam professar o mesmo credo.

Predominam, nas favelas recenseadas, os Católicos Romanos, que representam 91,05% do total, mais do que no conjunto da população do Distrito Federal, em que sua participação se eleva a 86,86%. Os Espíritas, que na população global se colocam imediatamente depois, com 5,21%, passam, nas favelas, ao terceiro lugar, com apenas 1,80%, quando a participação dos Protestantes é de 4,81%.

O Quadro 5 apresenta as pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idade, segundo os ramos de atividade. Os dados se reportam as pessoas, de 10 anos e mais, que informaram exercer a sua ocupação principal em um dos seguintes grandes ramos:

- Agricultura, pecuária e silvicultura;
- Indústrias extrativas;
- Indústrias de transformação;
- Comércio de mercadorias;
- Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização;
- Prestação de serviços (compreendendo serviços de alojamento e alimentação, higiene pessoal, de conservação e reparação, diversões, atividades domésticas remuneradas, etc.);
- Transportes, comunicações e armazenagem;
- Profissões liberais (incluindo atividades auxiliares);
- Atividades sociais (compreendendo ensino público e particular, previdência e assistência, beneficência, culto, etc.);
- Administração pública, Legislativo, Justiça;
- Defesa nacional e Segurança pública (incluindo atividades auxiliares);
- Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes;
- Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

Na distribuição da população de 10 anos e mais pelos ramos de atividade, sobressai a forte participação dos ocupados nas indústrias de transformação, com 22,79%, contra 13,11% que aparecem no mesmo ramo de atividade na população carioca em conjunto. O grupo mais numeroso que lhe sucede é o dos ocupados em "prestação de

serviços", correspondente a 14,41%, quando na população global êle surge com 12,04%.

Por outro lado, no item das atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes, a proporção de 43,01%, sobre a população global, desce a 38,75% nas favelas recenseadas.

A posição dos inativos é determinada com maior precisão nos quadros apresentados pelo Censo Demográfico de 1950 do que em qualquer outro levantamento anterior. Apurou-se que a quota de 8,97%, para as pessoas em condições inativas presentes entre os favelados, é pouco mais alta do que a acusada no conjunto da população do Distrito Federal (6,78%). Essa diferença se torna ainda mais inexpressiva quando se sabe que nas populações de nível econômico inferior são freqüentes e prematuros os casos de incapacidade parcial e total para o trabalho, seja por invalidez ou por quaisquer outras razões.

Finalmente, o Quadro 6 apresenta os brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento.

Dos 166 568 brasileiros natos presentes nas 58 favelas recenseadas, incluídos 361 brasileiros natos que não declararam a Unidade da Federação onde nasceram, verifica-se que o número de cariocas representa menos de 40%, ou, precisamente, 38,63%. Entretanto, os nascidos no Estado do Rio de Janeiro (27,50%), no de Minas Gerais (16,49%) e no do Espírito Santo (7,10%), reunidos, formam mais da metade do total (51,09%).

No conjunto da população do Distrito Federal, a participação dos cariocas vai a 56,48%; a dos nascidos no Rio de Janeiro, a 16,63%; a dos nascidos em Minas Gerais, a 8,86% e no Espírito Santo, a 2,57%.

IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de obedecerem a critérios diferentes e de se referirem a diferentes épocas, as investigações realizadas entre as populações favelaíras do Distrito Federal, quer as de iniciativa de entidades privadas, quer as promovidas sob a responsabilidade de órgãos especializados da administração pública, apresentam resultados que não divergem entre si quanto à qualificação do nível econômico-social predominante nos habitantes das favelas.

Os dados básicos das populações investigadas, ora apresentados pelo Serviço Nacional de Recenseamento e atinentes a 58 núcleos residenciais reconhecidos, no consenso público por seus aspectos típicos, como favelas, confirmam os elementos colhidos em inqueritos anteriores e revelam aspectos demográficos próprios de uma coletividade de baixo teor de vida.

As características econômicas dos habitantes presentes nas 58 favelas observadas através do Censo Demográfico de 1950 demonstram que ali se encontra uma população ativa, predominantemente trabalhadora, ligada através de ocupações diversas aos principais ramos de atividade econômica desenvolvidos no Distrito Federal. Não se trata pois, de uma população composta de "marginais", mas de aglomerados humanos integrados regularmente na vida social.

Por isso mesmo, o que esses resultados revelam, antes de tudo, é um instantâneo da vida das populações pobres em geral, disseminadas por todas as regiões do país e cujos aspectos essenciais não deverão variar muito. Vale, portanto, tal instantâneo, como uma amostra que indica os aspectos fundamentais de uma parte socialmente definida da população do Brasil, oferecendo ensaio para pesquisas úteis sobre o comportamento de determinados grupos sociais economicamente homogêneos, reunidos, sob condições particulares, em aglomerados numerosos.

Cumpre reconhecer a importância que adquire o conhecimento desses aspectos para a compreensão de todos os fenômenos relacionados com o problema das favelas, particularmente no que se refere ao Distrito Federal, e com o das vivendas pobres em geral.

Em todos os tempos, o problema da habitação, especialmente da habitação urbana, para as classes pobres, tem chamado ao debate importantes setores da opinião pública. Este é suscitado nas épocas de mais rápido crescimento das cidades, quando o afluxo aos centros urbanos se torna mais intenso e sobrevém ou se agrava a escassez de moradias.

Cada vez que se reacendem as discussões, por mais que as correntes de opinião se diferenciem, elas tendem a agrupar-se em torno de duas soluções contrapostas: rebaixar o preço da habitação ao nível das classes pobres ou elevar o poder aquisitivo das classes pobres ao nível do preço da habitação.

Eram essas as grandes linhas fundamentais para que se encaminhava o debate do problema da habitação, logo que assumiu o caráter de gravidade que lhe emprestou a revolução industrial no curso do século passado, nos países mais adiantados da Europa, notadamente na Inglaterra e na Alemanha.

Em começos do século XX, crise semelhante se verificou nas grandes cidades brasileiras, e, de modo especial, no Rio de Janeiro, ocasião em que, como já referimos antes, sucedeu a enorme concentração urbana registrada no Recenseamento realizado no Distrito Federal em 1906, consideravelmente agravada pelas demolições do tempo de Pereira Passos.

Precisamente naqueles momentos, surgia no Distrito Federal a primeira campanha contra as dificuldades de moradia, tendo por objetivo prover de habitações dignas as populações desfavorecidas que se condensavam nos cortiços. É de duvidar-se que o apreciável desenvolvimento predial observado no Rio de Janeiro, a partir da segunda década do presente século, tenha sido influenciado por quaisquer iniciativas de importância por parte da administração pública, sendo mais certo atribuí-lo a motivos de outra natureza, que teriam estimulado a própria iniciativa particular.

Após a segunda guerra mundial, novos deslocamentos demográficos, em direção às grandes cidades, ocorrem em quase todos os países, com as mesmas graves repercussões que aqui se verificam. O problema da habitação volta a preocupar a opinião pública e soluções diversas são encaminhadas a debate.

Calcula-se que, hoje, nada menos de 200 000 000 de famílias habitam casebres inteiramente desconfortáveis, só nos países tropicais e subtropicais (1), o que, na opinião de um técnico que estudou as condições de habitação tropical na Ásia, África e América, exigirá a construção de 20 000 000 de novas casas por ano.

Entidades diversas têm-se ocupado do assunto e, à base de estudos elaborados por especialistas, têm proposto sucessivas recomendações no sentido, senão de resolver, mas ao menos de atenuar as dificuldades que restringem o acesso da maioria da população a moradias higiênicas e confortáveis.

No primeiro Congresso Panamericano da Vivenda Popular, realizado em 1939, ficou resolvida a criação de um Instituto Panamericano da Vivenda Popular, que teria como objetivo pesquisar as condições de moradia nos países da América, sua arquitetura e técnica de construção, bem como estudar problemas de urbanismo, economia, higiene, educação e assistência social, no que estes se relacionam com a habitação.

Meses depois, a Conferência da Repartição Internacional do Trabalho, reunida em Havana, aprovou uma resolução que recomendava fôsse dada toda a cooperação e todo o apoio aquela idéia. Atitude semelhante tiveram o Sexto Congresso Panamericano de Arquitetura, Lima, 1947, o III Congresso Histórico Municipal Interamericano, Porto Rico, 1948. Todavia, o Instituto Panamericano não foi criado.

Na capital da Venezuela, em dezembro de 1947, teve lugar uma reunião internacional de peritos em vivenda tropical, estabelecendo-se que o problema de habitação apresenta aspectos quase idênticos em todos os países de clima quente; e que o principal obstáculo para sua solução reside na falta de meios econômicos. Recomendou-se, mais uma vez, a criação de um organismo internacional permanente, a realização de nova reunião, possivelmente na Índia, e que se tomassem por base, para orientar os estudos sobre o assunto, os elementos colhidos através de Censos Prediais.

Instituída recentemente, a Secção de Vivenda e Planificação tem por fim servir como centro de assistência técnica, investigações e informações aos 21 países membros da Organização dos Estados Americanos. Entre as questões a serem estudadas pela Secção de Vivenda figuram os métodos de produção e construção, levantamentos prediais, determinação de habitações adequadas, extinção dos bairros insalubres e sua reabilitação.

Nos últimos anos, em alguns países latino-americanos, têm sido construídos vários conjuntos residenciais nas cidades mais importantes, entre os quais se mencionam a "Unidad Vecinal n.º 3 Lima-Callao", com alojamentos para 1 112 famílias, localizado nas proximidades de Lima, Peru; o conjunto "Miguel Aleman", na Cidade do México, com capacidade para 1 080 famílias; o bairro "Los Alcazares", em Bogotá, composto de 633 casas, o de "Los Perales", com 960 apartamentos, em Buenos Aires; o de Rea lengo, com 2 344, o da Penha, com 1 248 e o de Bangü com 5 000 moradias, entre outros construídos e em construção no Brasil, etc.

Contudo, êsse esforço no sentido de minorar a escassez de habitações não tem sido suficiente, de modo geral, para alcançar sequer o ritmo do crescimento demográfico vegetativo ou para corresponder a procura que se intensifica, principalmente nos centros urbanos de maior relevo. No Distrito Federal, especialmente, o desenvolvimento predial, como já vimos, está muito aquém do desenvolvimento da nupcialidade, a que se vêm juntar também as necessidades do incremento migratório.

Em conseqüência do deficit de moradias, que continua a crescer de ano para

(1) JACOB L. CRANE, da "House and Home Finance Agency", de Washington.

ano, a crise de habitação não parece tender a uma próxima solução; e ela se torna ainda mais grave para as classes de capacidade aquisitiva inferior.

O desenvolvimento predial, no que se refere às construções de custo e aluguel módicos, não conta mais com a iniciativa particular; e, como se diz, acertadamente, em publicação do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal (1) "desde que a iniciativa particular mostrou-se incapaz de solucionar o problema da habitação popular, este passou a preocupar as altas autoridades administrativas, particularmente as municipais".

A solução do problema da vivenda modesta, no qual está incluído o problema das favelas, e que se ençara, preferentemente no Brasil, do ponto de vista de tornar o preço da moradia acessível ao poder aquisitivo das classes pobres, está na dependência, quase que exclusiva, dos recursos do Estado.

Nas condições atuais, entretanto, ao menos nos grandes centros, o curso da inflação e, em consequência, o custo de construção e a valorização imobiliária marcham tão rapidamente que a casa popular, com as condições mínimas indispensáveis de higiene e de conforto, não se põe ao alcance senão, na melhor das hipóteses, das classes medias.

Para arcar com o ônus da substituição de cerca de 90 000 casebres, existentes no Distrito Federal, por igual numero de casas populares adequadas, a administração pública necessitaria, além de imensos recursos financeiros, de um longo período de tempo.

De acôrdo com as estimativas efetuadas pelo técnico sr. Oscar Argolo, em carta dirigida ao sr. Presidente da Republica e dada a conhecer, em sessão da Câmara Federal pelo sr. Deputado Plínio Coelho (2), seriam necessários, para a construção de 30 000 casas, aproximadamente 605 milhões de tijolos, 360 000 esquadrias, 180 000 portas, 90 000 janelas, 30 000 aparelhos sanitários, 60 000 torneiras, 20 000 metros de fios para iluminação, etc., material que - na opinião daquele técnico - todas as fábricas do Estado do Rio e do Distrito Federal, trabalhando em conjunto, não produziriam em menos de 50 meses. (3)

Assim, conjugando-se todos os esforços, a produção anual de casas populares no Distrito Federal teria de ser limitada a 6 000 ou 7 000 unidades domiciliares. Entretanto, só o numero de casebres cresce anualmente de cerca de 2 700 unidades, com tendência a elevar-se.

Tendo em conta essas estimativas, a extinção dos casebres do Distrito Federal, em um prazo, digamos, de 15 anos, exigiria que fossem construídos anualmente cerca de 10 000 casas populares, quantidade que se aproxima do total de construções de todos os tipos licenciadas na Capital da Republica. (4)

Lamentavelmente, porém, como nos mostraram os resultados dos inquéritos procedidos nas favelas, inclusive os do Censo Demográfico de 1950, e, de resto, como nos demonstraria o estudo objetivo das condições dos favelados, a solução do problema da moradia não significa a solução de todos os problemas das populações faveladas, tanto pior ainda se as novas habitações para as quais se pretende transferi-las representarem um aumento de encargos sobre os que anteriormente lhes pesavam.

Já antes observamos que uma grande parte dessas populações presentes nas favelas reside em casebres construídos pelos próprios moradores ou por eles adquiridos. O certo é que, na qualidade de proprietários (mais de 60% o são) grande numero de habitantes das favelas estão livres do pagamento de aluguéis, o que não poderá

(1) Aspectos Estatísticos do Distrito Federal, Ano II, Nº 2 - pág. 68.

(2) Diário do Congresso Nacional, 8 de novembro de 1951, pág. 10 694.

(3) De acôrdo com o cadastro predial-domiciliário levantado em 1950, no Distrito Federal existem 405 999 prédios, comportando 447 592 domicílios. Se atribuímos aos prédios de alvenaria, segundo a opinião de alguns técnicos, a vida média de 100 anos, concluiremos que a percentagem anual de desgaste corresponde a 1%. Neste caso, cerca de 4 000 prédios ou de 4 500 domicílios ficam parcial ou totalmente fora de uso cada ano no Distrito Federal, necessitando de ser reconstruídos ou substituídos.

(4) No ano de 1951, foram licenciadas no Distrito Federal 10 341 construções. Estão incluídas neste numero as licenças concedidas para acréscimos e modificações.

acontecer quando tiverem de instalar-se em novas habitações. Ainda mesmo que a êsses proprietários sejam concedidas indenizações justas pelo valor de seus casebres, os compromissos de pagamento que assumirão com a mudança para moradias melhores constituirão gastos excedentes que importam em reduzir, em idêntica proporção, sua capacidade aquisitiva, em prejuízo de outras de suas necessidades essenciais (alimentação, vestuário, higiene, etc.).

Por tudo isso se reconhece a extrema complexidade que o fenômeno das favelas encerra, tantos são os aspectos como pode e deve ser encarado em suas múltiplas ligações com a vida da população carioca.

Assim é que, ao divulgar os quadros sobre as principais características demográficas apresentadas pelos 169 305 habitantes recenseados nas 58 favelas compreendidas dentro do que se convencionou chamar a área não urbanizada do Distrito Federal, o Serviço Nacional de Recenseamento oferece aos técnicos, especialistas, administradores e estudiosos em geral, os elementos básicos indispensáveis à pesquisa das condições de vida desses habitantes e ao conhecimento em profundidade de seus mais importantes problemas.

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

1. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a cor

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a cor									
		Branco		Pretos		Amarelos		Pardos		Sem declaração de cor	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 a 4 anos	26 871	4 367	4 274	4 869	4 952	-	1	4 123	4 178	54	53
5 a 9 anos	18 299	3 002	2 965	3 405	3 363	-	1	2 761	2 739	36	27
10 a 14 anos	15 796	2 650	2 669	2 812	2 971	2	-	2 339	2 297	30	26
15 a 19 anos	16 454	2 830	2 760	2 890	3 128	1	1	2 350	2 427	33	34
20 a 24 anos	20 562	3 443	3 174	3 641	4 237	1	-	2 931	3 050	35	50
25 a 29 anos	17 643	3 052	2 353	3 522	3 449	-	1	2 782	2 421	31	32
30 a 39 anos	25 377	4 323	3 513	5 095	5 008	1	-	3 897	3 469	33	38
40 a 49 anos	15 108	2 883	2 284	2 820	3 052	2	1	1 973	2 057	10	26
50 a 59 anos	7 653	1 469	1 341	1 204	1 757	1	-	848	1 008	7	18
60 a 69 anos	3 525	709	742	423	837	1	1	305	493	7	7
70 a 79 anos	999	157	213	122	306	-	-	53	146	-	2
80 anos e mais	448	32	78	64	169	-	-	22	80	2	1
Idade ignorada	570	86	67	92	119	-	-	81	81	25	19
TOTAL	169 305	29 003	26 433	30 959	33 348	9	6	24 465	24 446	303	333

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

2. Pessoas presentes, de 15 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo o estado conjugal.

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	PESSOAS PRESENTES, DE 15 ANOS E MAIS										
	Total	Segundo o estado conjugal									
		Solteiros		Casados		Desquitados e divorciados		Viúvos		Sem declaração de estado conjugal	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 19 anos	16 454	8 005	7 105	88	1 218	-	-	-	15	11	12
20 a 24 anos	20 562	8 267	5 554	1 736	4 803	-	-	24	122	24	32
25 a 29 anos	17 643	5 257	3 427	4 035	4 495	1	3	67	311	27	20
30 a 39 anos	25 377	5 230	3 813	7 704	6 910	9	6	373	1 270	33	29
40 a 49 anos	15 103	2 140	1 661	5 014	3 617	13	4	502	2 114	19	24
50 a 59 anos	7 653	758	681	2 331	1 507	9	5	423	1 918	8	13
60 a 69 anos	3 525	260	242	883	498	3	-	295	1 335	4	5
70 a 79 anos	999	66	67	171	92	-	-	94	507	1	1
80 anos e mais	448	21	36	49	27	-	-	50	263	-	2
Idade ignorada	570	149	117	87	94	-	-	8	50	40	125
TOTAL	108 339	30 153	22 703	22 098	23 261	35	18	1 836	7 905	167	163

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

3. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a instrução

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	POPULAÇÃO PRESENTE, DE 5 ANOS E MAIS									
	Total geral	Segundo a instrução								
		Sabem ler e escrever			Não sabem ler nem escrever			Sem declaração de instrução		
		Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
5 a 9 anos	18 299	3 169	1 544	1 625	14 962	7 564	7 398	168	96	72
5 anos	3 881	59	34	25	3 777	1 907	1 870	45	29	16
6 anos	3 846	177	86	91	3 628	1 869	1 759	41	25	16
7 anos	3 752	542	261	281	3 170	1 569	1 601	40	21	19
8 anos	3 495	975	483	492	2 495	1 274	1 221	25	10	15
9 anos	3 325	1 416	680	736	1 892	945	947	17	11	6
10 a 14 anos	15 796	10 649	5 154	5 495	5 089	2 650	2 439	58	29	29
10 anos	3 363	1 774	892	882	1 572	800	772	17	7	10
11 anos	2 970	1 932	936	996	1 018	545	473	20	9	11
12 anos	3 273	2 254	1 076	1 178	1 010	547	463	9	6	3
13 anos	3 044	2 273	1 079	1 194	764	382	382	7	6	1
14 anos	3 146	2 416	1 171	1 245	725	376	349	5	1	4
15 a 19 anos	16 454	12 483	6 370	6 113	3 938	1 718	2 220	33	16	17
20 a 24 anos	20 562	14 197	7 835	6 362	6 308	2 196	4 112	57	20	37
25 a 29 anos	17 643	11 164	6 992	4 172	6 418	2 367	4 051	61	28	33
30 a 39 anos	25 377	14 698	9 490	5 208	10 597	3 828	6 769	82	31	51
40 a 49 anos	15 108	7 546	5 073	2 473	7 506	2 593	4 913	56	22	34
50 a 59 anos	7 653	3 087	2 154	933	4 518	1 364	3 154	48	11	37
60 a 69 anos	3 525	1 171	746	425	2 344	695	1 649	10	4	6
70 a 79 anos	999	256	144	112	737	188	549	6	-	6
80 anos e mais	448	82	41	41	358	77	281	8	2	6
Idade ignorada	570	224	133	91	272	106	166	74	45	29
TOTAL	142 434	78 726	45 676	33 050	63 047	25 346	37 701	661	304	357

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

4. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião

a) Homens

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protestantes	Espíritas	Ortodoxos	Israelitas	Budistas	Maometanos	Outras religiões	Sem religião	Sem decla- ração de religião
0 a 4 anos	13 413	12 252	651	197	-	1	-	-	19	188	105
5 a 9 anos	9 204	8 456	438	137	-	1	-	-	13	115	44
10 a 14 anos	7 833	7 131	455	97	-	1	1	-	12	117	19
15 a 19 anos	8 104	7 398	377	128	-	1	1	-	12	174	13
20 a 24 anos	10 051	9 230	381	138	1	1	1	-	23	223	53
25 a 29 anos	9 387	8 601	303	164	-	-	-	-	19	256	44
30 a 39 anos	13 349	12 068	536	272	-	-	1	-	30	373	69
40 a 49 anos	7 688	6 860	396	197	-	2	-	1	11	193	28
50 a 59 anos	3 529	3 107	228	84	-	-	-	-	7	87	16
60 a 69 anos	1 445	1 276	68	45	-	1	1	3	4	37	10
70 a 79 anos	332	291	26	4	-	-	-	-	2	8	1
80 anos e mais ...	120	106	7	1	-	-	-	-	1	5	-
Idade ignorada ...	284	231	6	2	-	-	-	-	-	4	41
TOTAL	84 739	77 007	3 872	1 466	1	8	5	4	153	1 780	443

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

4. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião

b) Mulheres

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protestantes	Espíritas-	Órtodoxos	Israelitas	Budistas	Maometanos	Outras religiões	Sem religião	Sem decla- ração de religião
0 a 4 anos	13 458	12 371	615	177	-	-	1	2	25	193	74
5 a 9 anos	9 095	8 310	495	142	-	2	1	2	13	102	28
10 a 14 anos	7 963	7 231	468	131	-	-	-	-	15	92	26
15 a 19 anos	8 350	7 603	438	141	-	3	1	-	19	116	29
20 a 24 anos	10 511	9 663	483	171	-	1	-	-	15	140	38
25 a 29 anos	8 256	7 600	347	160	-	-	1	1	21	98	28
30 a 39 anos	12 028	10 946	570	297	-	-	-	-	25	152	38
40 a 49 anos	7 420	6 704	402	196	-	2	-	-	17	74	25
50 a 59 anos	4 124	3 719	252	97	-	1	-	-	10	30	15
60 a 69 anos	2 080	1 876	121	50	-	-	-	-	6	14	13
70 a 79 anos	667	598	43	12	-	-	-	-	2	5	7
80 anos e mais ..	328	294	26	5	-	-	-	-	-	3	-
Idade ignorada ..	286	246	9	4	-	-	-	-	-	2	25
TOTAL	84 566	77 161	4 269	1 583	-	9	4	5	168	1 021	346

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

4. População presente, por sexo e grupos de idades, segundo a religião

c) Total

GRUPOS DE IDADES (Anos completos)	POPULAÇÃO PRESENTE										
	Total	Segundo a religião									
		Católicos romanos	Protestantes	Espíritas	Ortodoxos	Israelitas	Budistas	Maometanos	Outras religiões	Sem religião	Sem decla- ração de religião
0 a 4 anos	26 871	24 623	1 266	374	-	1	1	2	44	381	179
5 a 9 anos	18 299	16 766	933	279	-	3	1	2	26	217	72
10 a 14 anos	15 796	14 362	923	228	-	1	1	-	27	209	45
15 a 19 anos	16 454	15 001	815	269	-	4	2	-	31	290	42
20 a 24 anos	20 562	18 893	864	309	1	2	1	-	38	363	91
25 a 29 anos	17 643	16 201	650	324	-	-	1	1	40	354	72
30 a 39 anos	25 377	23 014	1 106	569	-	-	1	-	55	525	107
40 a 49 anos	15 108	13 564	798	393	-	4	-	1	28	267	53
50 a 59 anos	7 653	6 826	480	181	-	1	-	-	17	117	31
60 a 69 anos	3 525	3 152	189	95	-	1	1	3	10	51	23
70 a 79 anos	999	889	69	16	-	-	-	-	4	13	8
80 anos e mais ...	448	400	33	6	-	-	-	-	1	8	-
Idade ignorada ..	570	477	15	6	-	-	-	-	-	6	66
TOTAL GERAL ..	169 305	154 168	8 141	3 049	1	17	9	9	321	2 801	789

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

5. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividade

a) Homens

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades (Anos completos)										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura	186	3	27	21	17	28	35	31	22	1	1	-
Indústrias extrativas	1 153	13	98	155	174	301	248	100	51	6	-	7
Indústrias de transformação	23 718	376	2 783	4 764	4 422	6 107	3 319	1 425	365	41	7	109
Comércio de mercadorias	5 108	229	907	947	804	1 080	675	302	119	18	6	21
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	175	4	24	31	40	37	20	12	3	3	-	1
Prestação de serviços	7 508	252	1 093	1 603	1 420	1 708	899	373	120	18	5	17
Transportes, comunicações e armazenagem ...	5 834	29	275	928	1 234	1 974	973	316	83	6	1	15
Profissões liberais	71	8	23	8	7	11	6	4	4	-	-	-
Atividades sociais	1 749	8	61	197	294	550	378	165	76	5	2	13
Administração pública, Legislativo, Justiça	844	3	26	103	130	308	169	77	21	5	1	1
Defesa Nacional e Segurança pública	1 970	4	514	391	269	456	236	79	13	2	-	6
Atividades domésticas não remuneradas e ati- vidades escolares discentes	5 317	4 394	709	63	27	34	30	25	14	3	1	17
Atividades não compreendidas nos demais ra- mos, atividades mal definidas ou não de- claradas	519	22	47	69	67	118	77	38	32	1	4	44
Condições inativas	7 970	2 488	1 517	771	482	637	623	582	522	223	92	33
TOTAL	62 122	7 833	8 104	10 051	9 387	13 349	7 688	3 529	1 445	332	120	284

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

5. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividade

b) Mulheres

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades (Anos completos)										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura	4	-	-	-	-	2	1	-	1	-	-	-
Indústrias extrativas	26	-	5	9	3	7	2	-	-	-	-	-
Indústrias de transformação	4 574	228	1 537	1 160	570	703	267	72	20	5	-	12
Comércio de mercadorias	451	28	156	92	47	59	43	15	6	2	-	3
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	15	-	7	3	2	2	1	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	10 378	571	1 788	1 918	1 453	2 289	1 458	621	188	37	6	49
Transportes, comunicações e armazenagem	56	-	16	21	7	6	2	3	1	-	-	-
Profissões liberais	45	-	17	17	1	2	5	1	1	1	-	-
Atividades sociais	384	-	45	69	63	134	47	19	2	1	1	3
Administração pública, Legislativo, Justiça	32	-	4	12	6	6	2	-	-	-	-	2
Defesa Nacional e Segurança pública	27	-	3	3	5	10	5	-	1	-	-	-
Atividades domésticas não remuneradas e ati- vidades escolares discentes	42 786	5 649	4 212	6 917	5 980	8 641	5 471	3 275	1 710	536	217	178
Atividades não compreendidas nos demais ra- mos, atividades mal definidas ou não declaradas	75	3	11	18	7	6	-	2	1	-	2	25
Condições inativas	3 160	1 484	549	272	112	161	116	116	149	85	102	14
TOTAL	62 013	7 963	8 350	10 511	8 256	12 028	7 420	4 124	2 080	667	328	286

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

5. Pessoas presentes, de 10 anos e mais, por sexo e grupos de idades, segundo os ramos de atividade

c) Total

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES, DE 10 ANOS E MAIS											
	Total	Segundo os grupos de idades (Anos completos)										
		10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 a 79 anos	80 anos e mais	Idade ignorada
Agricultura, pecuária e silvicultura	190	3	27	21	17	30	36	31	23	1	1	-
Indústrias extrativas	1 179	13	103	164	177	308	250	100	51	6	-	7
Indústrias de transformação	28 292	604	4 320	5 924	4 992	6 810	3 586	1 497	385	46	7	121
Comércio de mercadorias	5 559	257	1 063	1 039	851	1 139	718	317	125	20	6	24
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	190	4	31	34	42	39	21	12	3	3	-	1
Prestação de serviços	17 886	823	2 881	3 521	2 873	3 997	2 357	994	308	55	11	66
Transportes, comunicações e armazenagem	5 890	29	291	949	1 241	1 980	975	319	84	6	1	15
Profissões liberais	116	8	40	25	8	13	11	5	5	1	-	-
Atividades sociais	2 133	8	106	266	357	684	425	184	78	6	3	16
Administração pública, Legislativo, Justiça .	876	3	30	115	136	314	171	77	21	5	1	3
Defesa Nacional e Segurança pública	1 997	4	517	394	274	466	241	79	14	2	-	6
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	48 103	10 043	4 921	6 980	6 007	8 675	5 501	3 300	1 724	539	218	195
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.	594	25	58	87	74	124	77	40	33	1	6	69
Condições inativas	11 130	3 972	2 066	1 043	594	798	739	698	671	308	194	47
TOTAL GERAL	124 135	15 796	16 454	20 562	17 643	25 377	15 108	7 653	3 525	999	448	570

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

6. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento

a) Homens

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES													
	Total	Segundo os grupos de idades (Anos completos)											Ignorada	
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e mais		
Guaporé	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	10	-	-	-	-	1	2	4	2	1	-	-	-	-
Amazonas	64	-	5	5	8	9	5	20	7	2	2	1	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Para	189	6	6	4	8	18	22	57	50	15	3	-	-	-
Amapa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	89	4	6	5	6	10	9	20	19	8	-	2	-	-
Piauí	47	-	-	1	-	3	2	15	18	5	1	-	-	2
Ceara	566	13	21	20	44	124	95	123	80	30	11	3	2	-
Rio Grande do Norte	505	30	21	26	34	79	101	116	60	29	8	1	-	-
Paraíba	1 563	52	77	69	98	307	335	394	139	57	18	8	9	-
Pernambuco	1 824	79	69	71	100	275	267	473	291	134	46	7	12	-
Alagoas	1 115	41	53	58	99	129	163	265	186	85	25	11	-	-
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	685	17	38	38	63	91	100	152	121	36	21	7	1	-
Bahia	1 573	64	71	74	121	183	250	399	228	118	47	12	6	-
Minas Gerais	12 759	420	684	879	1 172	1 938	2 016	2 911	1 564	767	263	88	57	-
Espírito Santo	5 902	308	519	692	850	1 011	773	1 018	448	184	58	22	19	-
Rio de Janeiro	22 426	955	1 391	1 789	2 335	3 326	3 188	4 760	2 786	1 203	473	155	65	-
Distrito Federal	32 522	11 357	6 181	4 004	3 069	2 365	1 787	2 135	1 031	373	132	30	58	-
São Paulo	562	26	25	40	35	65	98	132	75	40	16	8	2	-
Paraná	41	1	2	5	1	5	8	7	8	1	3	-	-	-
Santa Catarina	94	4	5	6	13	17	15	19	8	5	1	-	1	-
Rio Grande do Sul	178	5	1	8	7	15	35	43	33	17	11	3	-	-
Mato Grosso	30	1	2	2	1	3	8	11	-	2	-	-	-	-
Goiás	15	-	1	-	-	2	4	6	2	-	-	-	-	-
TOTAL (1)	82 972	13 399	9 190	7 804	8 076	10 004	9 326	13 121	7 184	3 123	1 141	361	243	-

(1) Incluídos 212 brasileiros natos que não declararam a Unidade da Federação de nascimento.

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

6. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento

b) Mulheres

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES													
	Total	Segundo os grupos de idades (Anos completos)											Ignorada	
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e mais		
Guaporé	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	9	-	-	-	-	-	3	5	1	-	-	-	-	-
Amazonas	82	1	5	1	6	9	15	24	15	2	3	1	-	
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pará	159	1	7	8	15	25	24	39	25	4	7	3	1	
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Maranhão	112	1	4	6	8	12	10	31	17	12	7	4	-	
Piauí	35	-	-	1	-	4	5	11	8	3	2	1	-	
Ceará	300	11	13	7	16	33	40	67	53	24	23	8	5	
Rio Grande do Norte	381	27	34	19	23	54	64	76	47	21	5	9	2	
Paraíba	820	66	74	56	66	124	137	152	65	44	24	9	3	
Pernambuco	1 295	74	87	46	96	189	181	288	183	87	35	24	5	
Alagoas	1 024	34	62	65	69	124	147	195	179	76	52	17	4	
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sergipe	716	17	28	38	65	84	96	174	104	51	35	20	4	
Bahia	1 479	51	81	87	130	198	230	320	194	103	41	34	10	
Minas Gerais	14 723	403	685	899	1 406	2 401	2 045	3 016	1 935	1 086	549	228	70	
Espírito Santo	5 940	295	552	719	852	1 036	671	898	454	281	119	44	19	
Rio de Janeiro	23 385	935	1 371	1 832	2 423	3 664	3 040	4 492	2 801	1 580	766	402	79	
Distrito Federal	31 833	11 496	6 025	4 086	3 043	2 349	1 326	1 827	915	417	200	92	57	
São Paulo	736	15	33	53	66	98	99	149	115	67	28	11	2	
Paraná	47	3	2	2	3	4	9	15	5	3	1	-	-	
Santa Catarina	171	2	6	7	13	28	21	47	25	16	2	3	1	
Rio Grande do Sul	153	3	3	1	8	15	34	41	29	11	8	-	-	
Mato Grosso	38	1	-	2	5	4	5	7	9	3	2	-	-	
Goiás	9	-	-	-	-	3	2	2	2	-	-	-	-	
TOTAL (1)	83 596	13 451	9 087	7 951	8 325	10 473	8 214	11 907	7 196	3 898	1 915	913	266	

(1) Incluídas 149 brasileiras natas que não declararam a Unidade da Federação de nascimento.

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

6. Brasileiros natos presentes, por sexo e grupos de idades, segundo as Unidades da Federação de nascimento

c) Total

UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE NASCIMENTO	BRASILEIROS NATOS PRESENTES													
	Total	Segundo os grupos de idades (Anos completos)											Ignorada	
		0 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e mais		
Guaporé	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	19	-	-	-	-	1	5	9	3	1	-	-	-	-
Amazonas	146	1	10	6	14	18	20	44	22	4	5	2	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	348	7	13	12	23	43	46	96	75	19	10	3	1	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	201	5	10	11	14	22	19	51	36	20	7	6	-	-
Piauí	82	-	-	2	-	7	7	26	26	8	3	1	-	-
Ceará	866	24	34	27	60	157	135	190	133	54	34	11	2	-
Rio Grande do Norte	886	57	55	45	57	133	165	192	107	50	13	10	7	-
Paraíba	2 383	118	151	125	164	431	472	546	204	101	42	17	2	-
Pernambuco	3 119	153	156	117	196	464	448	761	474	221	81	31	12	-
Alagoas	2 139	75	115	123	168	253	310	460	365	161	77	28	17	-
Fernando de Noronha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-
Sergipe	1 401	34	68	76	128	175	196	326	225	87	56	27	-	-
Bahia	3 052	115	152	161	251	381	480	719	422	221	88	46	5	-
Minas Gerais	27 482	823	1 369	1 778	2 578	4 339	4 061	5 927	3 499	1 853	812	316	16	-
Espírito Santo	11 842	603	1 071	1 411	1 702	2 047	1 444	1 916	902	465	177	66	127	-
Rio de Janeiro	45 811	1 890	2 762	3 621	4 758	6 990	6 228	9 252	5 587	2 783	1 239	557	38	-
Distrito Federal	64 355	22 853	12 206	8 090	6 112	4 714	3 113	3 962	1 946	790	332	122	144	-
São Paulo	1 298	41	58	93	101	163	197	281	190	107	44	19	4	-
Paraná	88	4	4	7	4	9	17	22	13	4	4	-	-	-
Santa Catarina	265	6	11	13	26	45	36	66	33	21	3	3	2	-
Rio Grande do Sul	331	8	4	9	15	30	69	84	62	28	19	3	-	-
Mato Grosso	68	2	2	4	6	7	13	18	9	5	2	-	-	-
Goias	24	-	1	-	-	5	6	8	4	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL (1)	166 568	26 850	18 277	15 755	16 401	20 477	17 540	25 028	14 380	7 021	3 056	1 274	509	-

(1) Incluídos 361 brasileiros natos que não declararam a Unidade da Federação de nascimento.

CENSO DEMOGRÁFICO - 1º-VII-1950

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

7. População presente, segundo o sexo, por Favelas

CIRCUNSCRIÇÕES E FAVELAS	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Total	Homens	Mulheres
<u>Ajuda</u>			
Morro de Santo Antônio	2 840	1 481	1 359
<u>Santo Antônio</u>			
Morro do Escondidinho	1 457	749	708
Morro dos Prazeres	1 017	492	525
Favela da Rua Elizeu Visconti	349	171	178
<u>Glória</u>			
Morro Marquês de Abrantes	741	344	397
Morro Nova Cintra	302	151	151
Morro do Chico	260	119	141
Morro da Fazendinha	284	139	145
Morro Júlio Otoni	212	100	112
<u>Lagoa</u>			
Morro de Santa Marta	1 632	787	845
Morro do Pasmado	659	326	333
Morro de São João	824	421	403
<u>Gávea</u>			
Morro do Querosene	2 962	1 478	1 484
Morro do Sacopan	1 877	942	935
Favela da Rua Marquês de São Vicente, 92 ..	765	401	364
Favela da Avenida Paula Machado e R. Jardim Botânico	1 036	516	520
Rocinha	4 513	2 246	2 267
Rampa Avenida Niemeyer	1 274	665	609
Parque Proletário da Gávea	4 900	2 297	2 603
Favela da Praia do Pinto	7 142	3 505	3 637
<u>Copacabana</u>			
Morro dos Cabritos	207	99	108
Morro do Pavão	693	349	344
Morro do Pavãozinho	767	386	381
Morro do Cantagalo	2 964	1 508	1 456
Morro da Catacumba	3 135	1 557	1 578
Morro de São João	65	33	32
Morro da Babilônia	2 617	1 313	1 304
Favela da Rua Euclides da Rocha	3 267	1 622	1 645
<u>Gambôa</u>			
Morro da Favela	4 567	2 352	2 215

CIRCUNSCRIÇÕES E FAVELAS	POPULAÇÃO PRESENTE		
	Total	Homens	Mulheres
<u>Rio Comprido</u>			
Morro de São Carlos	7 561	3 814	3 747
Morro do Turano	1 523	799	724
Morro da Chacrinha	681	348	333
Morro da Rua do Bispo, 117	819	413	406
Morro do Querozene	1 970	972	998
<u>São Cristóvão</u>			
Barreira do Vasco	6 046	3 015	3 031
Favela do Pau Rolou ou Parque Arara	2 619	1 372	1 247
Morro do Tuiuti	1 622	861	761
Favela da Alegria	1 264	624	640
Quinta do Caju	2 738	1 400	1 338
<u>Tijuca</u>			
Morro do Salgueiro	4 295	2 053	2 242
Morro da Formiga	4 363	2 171	2 192
Morro do Borel	3 873	1 909	1 964
<u>Andaraí</u>			
Morro do Macaco	2 563	1 264	1 299
Morro do Andaraí ou Arrelia	3 512	1 764	1 748
<u>Engenho Novo</u>			
Morro do Jacarézinho	18 424	9 302	9 122
Morro da Mangueira	8 949	4 479	4 470
Favela do Esqueleto do Maracana	6 770	3 395	3 375
Serra do Engenho Novo	4 753	2 336	2 417
<u>Meier</u>			
Morro de D. Francisca	2 283	1 116	1 167
Morro da Cachoeirinha	2 552	1 244	1 308
Morro do Céu	2 347	1 150	1 197
<u>Penha</u>			
Favela de Braz de Pina e Lucas	5 100	2 542	2 558
Favela da Praia de Ramos e Maria Angu	271	151	120
Favela de Bonsucesso	4 964	2 529	2 435
<u>Irajá</u>			
Morro da Caixa d'Água	648	313	335
Favela Vila N.S. da Penha	5 458	2 783	2 675
<u>Madureira</u>			
Favela da Rua Leopolina de Oliveira	2 071	999	1 072
<u>Realengo</u>			
Favela Vila do Vintém	5 938	3 072	2 866
TOTAL	169 305	84 739	84 566

RESULTADOS RELATIVOS À POPULAÇÃO DAS FAVELAS DO DISTRITO FEDERAL

8. Pessoas de 5 anos e mais, segundo o sexo e a instrução, por Favelas

CIRCUNSCRIÇÕES E FAVELAS	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS						
	Total	Segundo a instrução					
		Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrever (1)		
		Total	Homens	Mulhe- res	Total	Homens	Mulhe- ros
<u>Ajuda</u>							
Morro de Santo Antônio	2 427	1 547	930	617	880	345	535
<u>Santo Antônio</u>							
Morro do Escondidinho	1 229	675	394	281	554	234	320
Morro dos Prazeres	838	303	181	122	535	224	311
Favela da Rua Eliseu Visconti..	285	154	96	58	131	45	86
<u>Glória</u>							
Morro Marquês de Abrantes	645	254	163	91	391	141	250
Morro Nova Cintra	245	107	62	45	138	59	79
Morro do Chico	223	106	57	49	117	42	75
Morro da Fazendinha	240	145	89	56	95	31	64
Morro Julio Otoni	183	91	49	42	92	36	56
<u>Lagôa</u>							
Morro de Santa Marta	1 355	627	357	270	728	281	447
Morro do Pasmado	531	290	164	126	241	102	139
Morro de São João	667	364	206	158	303	129	174
<u>Gávea</u>							
Morro do Querosene	2 431	1 189	692	497	1 242	505	737
Morro do Sacopan	1 524	671	385	286	853	356	497
Favela da Rua Marquês de S. Vi- centi, 92	631	181	126	55	450	207	243
Favela da Av. Paula Machado e Rua Jardim Botânico	851	478	281	197	373	139	234
Rocinha	3 689	2 052	1 184	868	1 637	659	978
Rampa Avenida Niemeyer	1 080	610	363	247	470	202	268
Parque Proletário da Gávea	4 207	2 546	1 308	1 238	1 661	624	1 037
Favela da Praia do Pinto ,.....	6 029	3 353	1 870	1 483	2 676	1 063	1 613
<u>Copacabana</u>							
Morro dos Cabritos	168	93	56	37	75	26	49
Morro do Pavão	600	319	199	120	281	110	171
Morro do Pavãozinho	642	374	229	145	268	96	172
Morro do Cantagalo	2 443	1 405	843	562	1 038	409	629
Morro da Catacumba	2 582	1 365	816	549	1 217	469	748
Morro de São João	47	26	16	10	21	8	13
Morro da Babilônia	2 166	1 211	708	503	955	382	573
Favela da Rua Euclides da Rocha	2 797	1 663	938	725	1 134	441	693
<u>Gambôa</u>							
Morro da Favela	3 875	2 487	1 442	1 045	1 388	575	813
<u>Rio Comprido</u>							
Morro de São Carlos	6 400	3 583	2 121	1 462	2 817	1 128	1 689
Morro do Turano	1 252	515	319	196	737	320	417
Morro da Chacrinha	573	190	117	73	383	179	204
Morro da Rua do Bispo, 117	704	427	245	182	277	113	164
Morro do Querosene	1 670	732	472	260	938	364	574

CIRCUNSCRIÇÕES E FAVELAS	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS						
	Total	Segundo a instrução					
		Sabem ler e escrever			Não sabem ler e escrevem (1)		
		Total	Homens	Mulhe- res	Total	Hómens	Mulhe- res
<u>São Cristóvão</u>							
Barreira do Vasco	5 247	3 795	2 045	1 750	1 452	559	893
Favela do Pau Rolou ou Parque Arará	2 265	1 486	855	631	779	339	440
Morro do Tuiuti	1 348	741	459	282	607	250	357
Favela da Alegria	1 049	451	266	185	598	248	350
Quinta do Caju	2 390	1 647	930	717	743	299	444
<u>Tijuca</u>							
Morro do Salgueiro	3 567	1 797	1 022	775	1 770	684	1 086
Morro da Formiga	3 661	1 966	1 149	817	1 695	666	1 029
Morro do Borel	3 262	1 801	1 048	753	1 461	552	909
<u>Andaraí</u>							
Morro do Macaco	2 089	811	492	319	1 278	533	745
Morro do Andaraí ou Arrelia ...	2 952	1 720	1 011	709	1 232	483	749
<u>Engenho Novo</u>							
Morro do Jacarezinho	15 651	9 262	5 392	3 870	6 389	2 546	3 843
Morro da Mangueira	7 561	4 374	2 627	1 747	3 187	1 206	1 981
Favela do Esqueleto do Maracanã	5 808	3 235	1 846	1 389	2 573	1 074	1 499
Serra do Engenho Novo	4 043	1 800	1 084	716	2 243	884	1 359
<u>Meier</u>							
Morro de D. Francisca	1 914	918	547	371	996	391	605
Morro da Cachoeirinha	2 100	994	595	399	1 106	453	653
Morro do Céu	1 964	1 006	584	422	958	375	583
<u>Penha</u>							
Favela de Braz de Pina e Lucas.	4 227	1 988	1 150	838	2 239	963	1 276
Favela da Praia de Ramos e Ma- ria Angu	225	125	75	50	100	49	51
Favela de Bonsucesso	4 098	2 087	1 193	889	2 011	895	1 116
<u>Irajá</u>							
Morro da Caixa d'Água	547	197	116	81	350	145	205
Favela Vila N.S. da Penha	4 538	2 653	1 538	1 115	1 885	760	1 125
<u>Madureira</u>							
Favela da Rua Leopoldina de Oli- veira	1 722	978	513	465	744	321	423
<u>Realengo</u>							
Favela Vila do Vintém	4 977	2 761	1 656	1 105	2 216	931	1 285
TOTAL	142 434	78 726	45 676	33 050	63 708	25 650	38 058

(1) Inclusive pessoas sem declaração de instrução, em número de 304 homens e 357 mulheres.

A N E X O S

POPULAÇÃO DAS FAVELAS, SEGUNDO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS	% SÔBRE O TOTAL
TOTAL	138 837	100,00
Segundo o sexo		
Homens (1)	68 953	49,66
Mulheres	69 884	50,34
Segundo a idade		
0 a 7 anos	29 710	21,40
8 a 13 anos	17 159	12,36
14 a 20 anos	19 812	14,27
21 a 30 anos	29 882	21,52
31 a 40 anos	20 160	14,52
41 e mais anos	22 114	15,93
Segundo a naturalidade		
Distrito Federal	52 956	38,14
Rio de Janeiro	40 043	28,84
Minas Gerais	23 590	16,99
Espírito Santo	8 271	5,96
Leste e Nordeste (2)	8 955	6,45
Norte	690	0,50
Sul e Centro	1 916	1,38
Estrangeiros	2 416	1,74
Segundo a instrução (3)		
Sabem ler e escrever	52 891	38,09
Não sabem ler e escrever	85 946	61,91
Segundo a côr		
Branços	40 213	28,96
Pretos	48 695	35,07
Amarelos	118	0,09
Pardos	49 811	35,88
Segundo o estado conjugal		
Solteiros	65 959	47,51
Casados	31 823	22,92
Outros	41 055	29,57
Segundo o registro civil		
Registrados	106 355	76,60
Não registrados	32 482	23,40

Fonte - Prefeitura do Distrito Federal, Censo das Favelas, 1949, Rio de Janeiro

(1) Dos quais - 19 787 reservistas, 31 193 não reservistas até 20 anos e 17 973 não reservistas de mais de 20 anos. - (2) Exclusive Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. - (3) A percentagem real de alfabetização é de 48,46% uma vez que se deve deduzir da população, para esse fim, o grupo de 0 a 7 anos.

FAVELAS RECENSEADAS PELO SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO EM 1950 E
PELA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL EM 1948

NOME DAS FAVELAS		CIRCUNSCRIÇÃO	ACESSO
S. N. R.	P. D. F.		
<u>1º Distrito</u>			
Morro de Santo Antônio da Favela	Morro de Santo Antônio da Favela " da Gamboa	6ª Ajuda 14ª Gamboa	R. do Lavradio - Lg. da Carioca R. Bento Ribeiro - Tunel João Ricardo
<u>2º Distrito</u>			
Morro de São Carlos	Morro de São Carlos	16ª Rio Comprido	Rua São Carlos
" do Turano	" do Turano	16ª " "	Rua Aureliano Portugal
" do Querosene	" do Querosene	16ª " "	Rua Azevedo Lima
" da Chacrinha	-	16ª " "	Rua Barão de Itapagipe
" da Rua do Bispo	-	16ª " "	Rua do Bispo
<u>3º Distrito</u>			
Morro do Escondidinho	Escondidinho	8ª Santa Tereza	Rua Barão de Petrópolis
" dos Prazeres	-	8ª " "	Rua Gomes Lopes - Rua Barão de Petrópolis
" s/nome - Rua Elizeu Visconti	-	8ª " "	Rua Elizeu Visconti
" Marquês de Abrantes	Marquês de Abrantes	9ª Glória	Rua Marquês de Abrantes
" Nova Cintra	Tavares Bastos	9ª " "	Rua Tavares Bastos - Rua Cruzeiro do Sul
" do Chico	D. Alice	9ª " "	Rua Cosme Velho
" da Fazendinha	-	9ª " "	Rua Cosme Velho
" Júlio Otoni	-	9ª " "	Rua Júlio Otoni
<u>4º Distrito</u>			
Morro Santa Marta	Morro D. Marta	10ª Lagoa	Rua Marechal Franco Moura - R.S.Clemente
" do Pasmado	" do Pasmado	10ª " "	Rua General Severiano - Av. Pasteur
" São João	São João (Copacabana)	10ª " "	Travessa D. Marcina - Rua Álvaro Ramos
" do Querosene	Macedo Sobrinho	11ª Gávea	Rua Macedo Sobrinho
" do Sacopan	Sacopan ou Lança Perfume	11ª " "	Av. Epitácio Pessoa - Rua Tabatinguera
Rua Marquês de São Vicente	Marquês de São Vicente	11ª " "	Rua Marquês de São Vicente

NOME DAS FAVELAS		CIRCUNSCRIÇÃO	ACESSO
S. N. R.	P. D. F.		
		<u>8º Distrito</u>	
Morro do Macaco	Morro dos Macacos	20ª Andaraí	Rua Petrocochina - R. Senador Nabuco
" do Arrelia ou do Andaraí	Arrelia	20ª Andaraí	Rua Leopoldo - Travessa Caminha
	Saúde ou Chácara do Ceú	-	-
Morro do Jacarezinho	Jacarezinho	21ª Engenho Novo	Rua Aires Casal - Est. de Vieira Fazenda
" da Mangueira	Mangueira	21ª " "	Rua Visconde de Niterói
Esqueleto do Maracanã	Esqueleto ou Derbi Clube	21ª " "	Rua Turfe Clube - R. São Francisco Xavier
Serra do Engenho Novo	Morro do Abatirá	21ª " "	Rua Abatirá-R.Assaré-R.Bela Vista-R.Alzira Valdetaro
	" da Matriz		
	" São João		
		<u>9º Distrito</u>	
Morro D. Francisca	Dona Francisca	22ª Méier	R. Jardim - R.D.Francisca - R.Araújo Leitão
	Araújo Leitão		Rua Cabuçu
	Leopoldino Bastos		
	Cabuçu ou Amôres		
Morro da Cachoeirinha	Morro da Cachoeirinha	22ª Méier	R. Heráclito Graça - R.Vilela Tavares,
	Maria Luiza		R. Lins de Vasconcelos
Morro do Ceú	Serra dos Pretos Forros	22ª "	R. Maranhão - R. Aquidabã
		<u>10º Distrito</u>	
Morro da Caixa d'Água	Morro da Caixa d'Água	26ª Irajá	Rua Fortaleza - Rua Maragoci
Vila N.S. da Penha	Circular da Penha	26ª "	Rua Aimores - Av. N.S. da Penha
	Morro da Penha		
Rua Leopoldino de Oliveira	Madureira ou Socêgo	28ª Madureira	Rua Leopoldino de Oliveira
	Buriti	28ª Madureira	
		<u>11º Distrito</u>	
Braz de Pina e Lucas	Maré	25ª Penha	Av. Brasil
	Variante		
Praia de Ramos e Maria Angu	Porto de Maria Angu	25ª "	" "
Bonsucesso	Baixa dos Sapateiros	25ª "	" "
		<u>12º Distrito</u>	
Vila do Vintém	Dutra ou Vintém	31ª Realengo	Rua Lomas Valentim - R.Mal.Joaquim Inácio

NOME DAS FAVELAS		CIRCUNSCRIÇÃO	ACESSO
S. N. R.	P. D. F.		
<u>4º Distrito (cont.)</u>			
Av. Lineu de Paula Machado Rua Jardim Botânico Rocinha Rampa Avenida Niemeyer Parque Proletário da Gávea Praia do Pinto	- Hípica Rocinha - - Praia do Pinto	11ª Gávea 11ª " 11ª " 11ª " 11ª " 11ª "	Av. Lineu de Paula Machado Rua Jardim Botânico Estrada da Gávea Avenida Niemeyer Rua Marquês de São Vicente Rua Humberto de Campos - Largo da Memória
<u>5º Distrito</u>			
Morro dos Cabritos " do Pavão " do Pavãozinho " do Cantagalo " da Catacumba " de São João " da Babilônia Rua Euclides da Rocha	Morro dos Cabritos " do Pavão " do Pavão " do Cantagalo " da Catacumba " de São João - Tabajaras - Sta. Clara ou Vila Rica	12ª Copacabana 12ª " 12ª " 12ª " 12ª " 12ª " 12ª " 12ª "	Avenida Eptácio Pessoa Rua Saint Romain Rua Saint Romain Rua Teixeira de Melo Avenida Eptácio Pessoa Ladeira do Leme Praça Almirante Júlio Noronha Rua Euclides da Rocha - Ladeira Tabajaras
<u>6º Distrito</u>			
Barreira do Vasco Pau Rolou ou Parque Arará Morro do Tuiuti Alegria Quinta do Caju	Barreira do Vasco Arará Minério Sacy ou Cais do Porto Curuzu ou Tuiuti Alegria Caju	18ª São Cristóvão 18ª " " 18ª " " 18ª " " 18ª " "	Rua Ricardo Machado - R. São Januário Praia de São Cristóvão - R. Bonfim Rua S. Luiz Gonzaga - R. Ferreira de Araújo Rua da Alegria - Avenida Brasil Ponta do Caju - Fim da Praia de S. Cristóvão
<u>7º Distrito</u>			
Morro do Salgueiro " da Formiga " do Borel	Morro do Salgueiro " da Formiga " do Borel " dos Afonsos	19ª Tijuca 19ª " 19ª "	Rua Gal. Roca - R. Barão de Pirassununga Rua Medeiros Passaros - R. Beveltere Rua São Miguel

CROQUIS DE FAVELAS

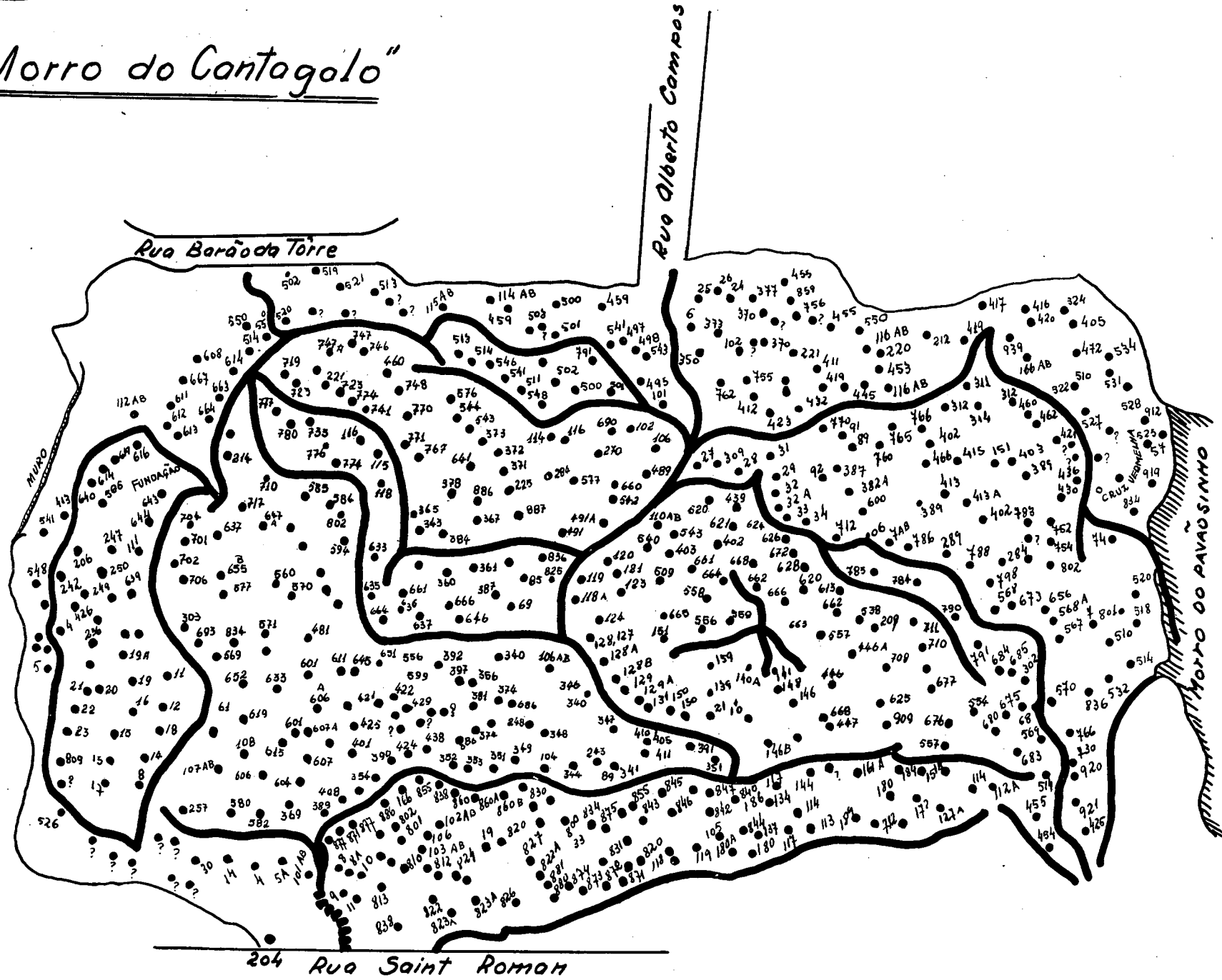
5º DISTRITO

12º CIRCUNSCRIÇÃO

COPACABANA

Acesso: Pela Rua Saint-Roman nº 204.

"Morro do Contagolo"



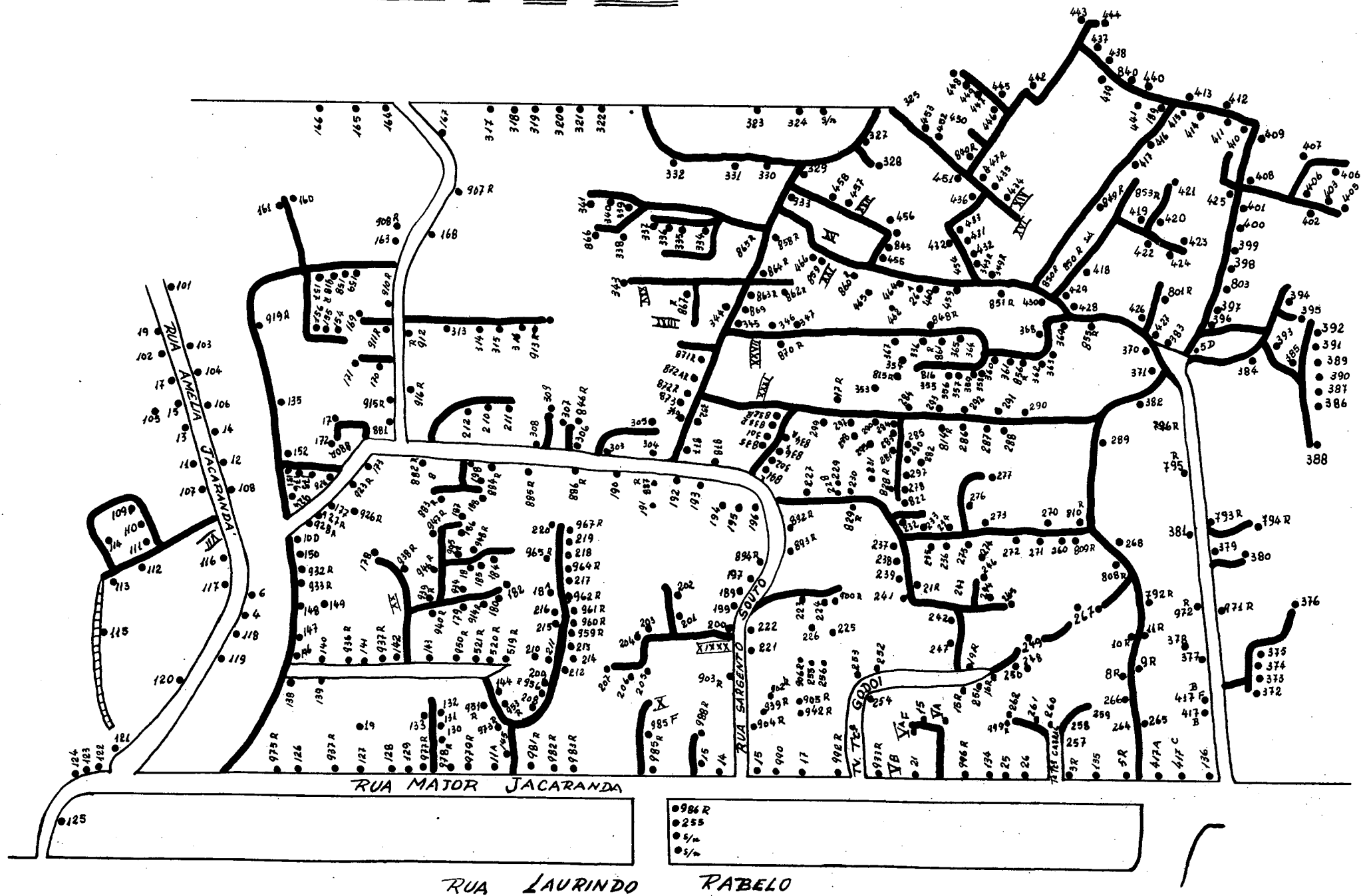
2° DISTRITO

16° CIRCUNSCRIÇÃO

Rio Comprido

Acesso: Pelas Ruas Frei Caneca e Laurindo Rabelo em frente ao nº 56

Morro de São Carlos



CENSO DAS FAVELAS

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DO INTERIOR E SEGURANCA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

oe _____ Localização _____ Setor _____ Turma _____

Proprietário da habitação _____

Proprietário do chão _____

Table with 3 columns: Favela n. (1, 2, 3), Quest. n. (4, 5, 6, 7), Distrito (8, 9)

I - CARACTERÍSTICAS DA HABITAÇÃO

Large table with multiple columns for housing characteristics: CLASSIFICAÇÃO (10), COBERTURA (11), PISO (12), DESPEJO (13), EST. CONSERVAÇÃO (14), ILUMINAÇÃO (15), ÁGUA (16), CÔMODOS (17, 18), Valor da habitação (19), Aluguel (20-22), etc.

II - CARACTERÍSTICAS DOS MORADORES

Main census table with columns for NOME S, SEXO, EST. CIVIL, CÔR, IDADE, INSTRUC., RELIGIÃO, PROFISSÃO, Salário mensal, Naturalidade, Procedência, Local de trabalho, Parentesco. Rows numbered 1 to 15.

Data / /

Assinatura do recenseador matr.